

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Comportamento Antissocial Feminino: Um estudo sobre fatores de risco

Lara Inês Oliveira Carvalho

M

2024



FACULDADE DE DIREITO

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, para
obtenção do grau de Mestre em Criminologia, elaborada sob a orientação de Professor
Doutor Hugo Miguel dos Santos Gomes e sob a coorientação de Professora Doutora
Ana Margarida Amorim dos Santos



Resumo

O comportamento antissocial feminino tem sido tradicionalmente negligenciado e visto como um fenômeno essencialmente masculino. Desta maneira, este estudo tem como objetivo investigar os fatores que contribuem para o comportamento antissocial, numa amostra exclusivamente feminina. A presente dissertação procura investigar se os fatores de risco preditores de comportamento antissocial masculino serão preditores de comportamento antissocial feminino e, entre estes, quais os fatores que apresentam a maior magnitude de efeito no desenvolvimento desse comportamento. Neste estudo, os fatores de risco foram avaliados utilizando o questionário *Communities that Care-Youth Survey* (CTC-YS), que fornece uma avaliação dos fatores de risco em quatro domínios: família, comunidade, escola e indivíduo. A amostra em estudo foi constituída por 333 participantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 10 e os 21 anos ($M=14.95$). Os resultados obtidos sugerem que todos os fatores de risco considerados se mostraram preditores significativos, contudo, os fatores de risco individuais e fatores de risco de pares apresentaram uma maior magnitude do efeito na explicação do comportamento antissocial feminino. Este estudo procura colmatar a lacuna de conhecimentos no que respeita à aplicabilidade dos fatores de risco centrados nos homens ao comportamento antissocial das mulheres. A ênfase nas questões de género abrirá caminho a estratégias e programas de prevenção mais eficazes.

Palavras-chave: comportamento antissocial feminino, fatores de risco, *CTC-YS*

Abstract

Female antisocial behaviour has traditionally been neglected and seen as an essentially male phenomenon. Therefore, this study aims to investigate the factors that contribute to antisocial behaviour in an exclusively female sample. This dissertation seeks to investigate whether the risk factors that predict male antisocial behaviour are predictive of female antisocial behaviour, and, among these, which factors have the greatest magnitude of effect on the development of this behaviour. In this study, risk factors were assessed using the *Communities that Care-Youth Survey* (CTC-YS) questionnaire, which provides an assessment of risk factors in four domains: family, community, school and individual. The study sample consisted of 333 female participants aged between 10 and 21 ($M=14.95$). The results obtained suggest that all the risk factors considered were significant predictors, however, individual risk factors and peer risk factors showed a greater magnitude of effect in explaining female antisocial behaviour. This study seeks to fill the knowledge gap regarding the applicability of male-centred risk factors to female antisocial behaviour. The emphasis on gender issues will pave the way for more effective prevention strategies and programmes.

Keywords: female antisocial behaviour, risk factors, *CTC-YS*

Agradecimentos

O meu sucesso nesta jornada académica foi possível graças ao apoio e colaboração de diversas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente, desta forma, aproveito esta oportunidade para expressar a minha gratidão.

Ao Professor Doutor Hugo Miguel dos Santos Gomes, meu orientador, agradeço pelo apoio e disponibilidade constante, pela compreensão e motivação contínua, bem como pelo conhecimento e conselhos assertivos partilhados que foram indispensáveis para a realização deste estudo.

Agradeço, de igual forma, à Professora Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos, co-orientadora, pelo seu apoio e orientação e pelas suas contribuições valiosas que tiveram um impacto positivo.

Às minhas colegas, Beatriz Barbosa, Beatriz Pereira e Filipa Ventura, que me acompanharam desde o início do meu percurso académico, agradeço pelo apoio, partilha de experiências, pelas horas sacrificadas em trabalhos, pela preocupação e companheirismo.

À Mariana Fernandes, agradeço pela amizade inabalável de 12 anos que age como um porto seguro onde crescemos e evoluímos como pessoas, sempre em cumplicidade, obrigada.

Queria agradecer também à Inês Silva, pelo encorajamento constante, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis. O seu impacto e presença foram essenciais para a realização desta jornada, obrigada.

Por último, o mais especial dos agradecimentos à minha mãe, cujo dedicação e sacrifício foram fundamentais para que pudesse chegar aqui. Obrigada pelo apoio incondicional, pela motivação, resiliência e por sempre acreditares em mim acima de tudo, nada seria possível sem ti.

Índice Geral

Resumo	iii
Abstract	iv
Agradecimentos	v
Índice Geral	vi
Capítulo I – Enquadramento Teórico	1
1. Comportamento Antissocial e Sexo	1
2. Fatores de risco	9
2.1 Fatores e Diferenças de Sexo.....	12
3. Communities That Care	16
3.1 Communities That Care e Diferenças de Sexo	18
Capítulo II – Estudo Empírico: Metodologia	21
1. Objetivo	21
2. Método	22
2.1 Amostra e Procedimentos	22
2.2 Instrumento e variáveis.....	24
2.3 Análise estatística	26
Capítulo III – Estudo Empírico: Resultados	27
1. Risco Comunitário.....	27
2. Risco Familiar.....	28
3. Risco Escolar	29
4. Risco Individual	30
6. Risco de Pares.....	31
Capítulo IV – Discussão	33
Referências	40

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Comportamento Antissocial e Sexo

O comportamento antissocial é definido como comportamentos ou padrões de ações que violam normas e regras sociais assim como direitos pessoais e de propriedade de outros (Matthys & Lochman, 2017). Estes comportamentos incluem uma variedade de ações desde fugas e evasões escolares a roubos e agressões físicas. O comportamento delinvente encontra-se incluído neste conceito mais lato de comportamento antissocial, referindo-se às ações antissociais que violam as normas legais. Desta maneira, todos os comportamentos delinquentes serão comportamentos antissociais, mas nem todos os comportamentos antissociais serão comportamentos delinquentes.

O papel do sexo dos sujeitos no estudo do comportamento antissocial tem sido historicamente negligenciado. Mesmo nos dias correntes, a inclusão do sexo feminino no estudo da delinquência ainda constitui uma das grandes limitações da investigação criminológica (Wong et al., 2010). As teorias criminológicas clássicas não teorizavam sobre o efeito do sexo no fenómeno criminal, e teorizando, o mesmo era abordado numa perspetiva considerada sexista e estereotipada (Burman et al., 2001). Esta limitação é bastante prejudicial, uma vez que, são necessários dados empíricos fiáveis para conceber intervenções preventivas eficazes que visem limitar o comportamento antissocial feminino. Descobrir a força relativa dos preditores do comportamento antissocial feminino teria implicações importantes, em particular, se for concluído que os preditores mais fortes do comportamento antissocial feminino são os mesmos para o comportamento antissocial masculino, os programas de tratamento desenvolvidos para os rapazes que demonstraram sucesso podem ter resultados semelhantes com as delinquentes femininas (Hubbard & Pratt, 2002). Se, no entanto, os preditores mais fortes do comportamento antissocial feminino forem diferentes, os programas de intervenção podem precisar de fazer ajustes para abranger certos fatores de risco específicos do sexo.

A discrepância da representação do sexo no comportamento antissocial tem enfrentado desafios de explicação e debates sobre como abordar a questão da delinquência. Um dos aspetos mais discutidos neste contexto prende-se com o recurso das teorias usadas para explicar o comportamento antissocial masculino serem igualmente aplicadas á explicação do

comportamento antissocial feminino (Gorman-Smith, 2003). Em vez de propor teorias etiológicas separadas para homens e mulheres, Smith e Paternoster (1987), argumentam que as diferenças surgem de uma exposição diferencial às mesmas condições criminógenas. Esta perspectiva desafia a necessidade de teorias totalmente separadas para explicar o comportamento delincente em homens e mulheres (Mears et al., 1998).

Quando abordamos as diferenças de socialização segundo o género temos primeiramente de nos debruçar sobre como este se define. A definição de género pode variar consoante a sociedade em que se está inserido, o que consiste feminino ou masculino varia de acordo com os valores atribuídos por cada sociedade a cada um dos géneros. Sendo tradicionalmente, o género feminino associado ao sexo biológico feminino e vice-versa, as pessoas que são socializadas como feminino irão sê-lo de uma maneira diferente daquelas a quem é atribuído um género masculino e socializado como tal. Cada género tem diferentes expectativas sociais e culturais que desempenham um papel significativo na sua formação. No que toca ao comportamento feminino, este será sujeito a expectativas sociais normativas e padrões de socialização que podem inibir ou suprimir o potencial comportamento delincente feminino (Baldwin, 2015). Os padrões diferenciais de socialização emergem assim como um poderoso preditor do comportamento delincente feminino e masculino, realçando o controlo emocional nas mulheres e o controlo formal nos homens no processo de vínculo familiar (Junger-Tas et al., 2004).

Uma teoria tradicional que oferece uma explicação unificada para as diferenças de sexo na delinquência é a teoria da associação diferencial de Sutherland (1998). De acordo com esta teoria, a delinquência é um comportamento aprendido através das interações em grupos sociais íntimos. Nestas interações ocorre uma transmissão de atitudes, definições e avaliações morais acerca de certos comportamentos. A teoria defende então que indivíduos expostos a pares delinquentes são mais propensos a desenvolver um excesso de avaliações morais favoráveis à violação da lei em oposição a avaliações desfavoráveis, conduzindo assim à participação em condutas delinquentes (Sutherland, 1998). Vários estudos sugerem que o conceito de associação diferencial é crucial para explicar as diferenças de sexo na delinquência. Simons et al. (1980) encontraram diferenças de sexo substanciais na exposição a atitudes delinquentes de pares ao longo da vida, os homens eram mais propensos do que as mulheres a ter amigos que apoiavam comportamentos delinquentes. Embora estes investigadores tenham identificado diferenças de sexo na exposição a amigos delinquentes, não isolaram ou quantificaram o

impacto dessa exposição nas taxas de delinquência específicas de cada sexo (Mears et al., 1998). Face à teoria de Sutherland, Mears et al. (1998) argumentam que as avaliações morais das mulheres funcionam frequentemente como uma barreira que restringe a influência de pares delinquentes, em vez de, um canal que a transmite. A base do argumento recai novamente sobre a socialização primária das mulheres na qual se incute valores morais que desencorajam fortemente os comportamentos que magoam ou prejudicam o outro.

Vemos a socialização mais uma vez mencionada como estando fortemente ligada à discrepância na criminalidade quando é abordada a relação da parentalidade com a delinquência. A literatura tem realçado o papel da parentalidade, em paralelo ao da influência dos pares, no desenvolvimento da delinquência, especialmente durante a adolescência (De Kemp et al., 2006). Nestes estudos, no que concerne à parentalidade, o apego emocional positivo aos pais, a quantidade de tempo passado em casa e a supervisão parental, têm sido apontados como fatores que reduzem a probabilidade de envolvimento delincente. De forma semelhantemente, os vínculos de amizade revelaram ser bastante influentes no comportamento delincente (Worthen, 2012). Desta forma, as diferenças de sexo na natureza destas relações podem traduzir-se nas diferenças do envolvimento delincente. Em relação à parentalidade, devido aos valores incutidos na sua socialização, as raparigas passam mais tempo em casa com os pais e são alvo de uma maior supervisão parental, sendo este um fator que reduz a probabilidade de envolvimento em comportamento delincente, reflete-se então a diferença de sexo na prática de atos delinquentes (Osgood & Anderson, 2004). Em relação aos pares, argumenta-se que as amigas femininas se podem tornar mais próximas e íntimas, sendo que as raparigas serão mais sensíveis e atribuirão um maior valor ao que os seus pares pensam de si, desta forma, estes pares reprovando comportamentos antissociais e as raparigas atribuindo uma maior significância a estas opiniões, serão menos propensas à delinquência (Worthen, 2012).

Adicionalmente as diferenças dentro do contexto desenvolvimental e situacional, como o facto das mulheres darem início ao comportamento delincente mais cedo, atingirem o pico mais cedo e desistirem mais cedo, parte-se do princípio que advêm da socialização, da influência dos papéis de género e das expectativas sociais e culturais (Cohen et al., 1993; Elliott, 1994).

A perspectiva feminista enfatiza a necessidade de estudar as diferenças entre os sexos com base nas suas experiências e realidade para compreender verdadeiramente a delinquência. Belknap e Holsinger (2006) argumentam que a sociedade patriarcal deve ser central no estudo da delinquência, atribuindo como variáveis que conduzem ao comportamento delinquente a socialização diferenciada entre os sexos, a opressão estrutural, a vulnerabilidade ao abuso por parte dos homens e as repostas femininas à dominação masculina. Segundo esta perspectiva, as trajetórias para a delinquência podem ser parcialmente específicas de sexo, com diferenças no processo de desenvolvimento, no comportamento problemático e nas respostas sociais a esses comportamentos.

Historicamente, o movimento feminista divide-se em três vagas. A primeira vaga originou nos meados do século XIX nos Estados Unidos com o surgimento dos movimentos abolicionistas e de sufrágio feminino, nesta altura a própria criminologia ainda estava em desenvolvimento, começavam a surgir as primeiras teorias sobre o crime e o desvio. Cerca de cem anos depois, nas décadas de 1960 e 1970, começa a segunda onda do feminismo acompanhada dos movimentos de libertação das mulheres e direitos civis, foi neste momento que o feminismo surge na criminologia (Burgess-Proctor, 2006). A criminologia feminista desenvolveu-se então porque académicos feministas liberais se opuseram à exclusão do género das análises criminológicas, estavam insatisfeitos com o fracasso da criminologia dominante em reconhecer as questões da desigualdade de género, assim como, com criminologia crítica e radical e a sua ausência em considerar a relação entre desigualdade e crime para além do contexto de disparidades económicas (Steffensmeier & Allan, 1996). Protestaram contra a exclusão das experiências femininas das teorias “gerais” do crime, estas que foram desenvolvidas usando quase exclusivamente amostras masculinas para prever padrões de delinquência (Flavin, 2001).

Aqui surgem publicações como as de Adler (1975) e Simon (1975) (citado por Grasmick et al., 1993) que procuravam encontrar razões exclusivas à experiência feminina para explicar o fenómeno, afirmaram então que o aumento na criminalidade feminina, que se testemunhou na década de 70, estaria fortemente relacionado com o movimento feminista e a emancipação feminina. Estas escritoras argumentaram que o aumento da independência, da autoestima e da participação no mercado de trabalho se poderia traduzir num maior envolvimento em comportamentos criminosos por parte das mulheres (Junger-Tas et al., 2004). Contudo, apesar do aumento da liberdade e participação na vida social e económica, a criminalidade feminina

não ultrapassou estatisticamente a criminalidade masculina, as disparidades persistiram. Face a isto, a argumentação acerca da disparidade estatística virou-se para as diferenças na socialização como resposta (Junger-Tas et al., 2004).

A terceira vaga dá-se nas décadas de 1980 a 1990, é um feminismo multirracial que enfatiza que os sistemas interseccionais de etnia, classe e sexo devem atuar como forças estruturantes que afetam a forma como as pessoas agem, as oportunidades que lhes estão disponíveis e a forma como o seu comportamento é socialmente definido (Burgess-Proctor, 2006). A interseccionalidade torna-se um conceito proeminente e começam a reconhecer a necessidade de uma perspetiva teórica integrada que deve considerar as diferenças nos padrões de criminalidade atribuídos à socialização, às oportunidades e aos preconceitos enquadrados pelas desigualdades de etnia, classe e sexo (Daly, 1993). A interseccionalidade tem sido utilizada por criminólogos feministas para estudar a ligação entre desigualdade e crime. Por exemplo, Richie (2018) investigou como a intersecção de sistemas pode levar a crimes, concentrando-se respetivamente em mulheres negras vítimas de violência, argumentando que algumas mulheres são forçadas ou coagidas ao crime pelas expectativas culturais dos seus papéis de género, pela violência nas suas relações íntimas e pela sua posição social em sociedade (Burgess-Proctor, 2006).

Durante muito tempo, investigadores consideraram a hipótese do efeito limiar, ou seja, a hipótese de que as mulheres para desenvolverem comportamentos antissociais superaram um limiar de risco mais elevado do que os homens e, portanto, são mais gravemente afetadas (Eme, 1992). A hipótese baseia-se na observação factual de que menos mulheres do que homens agem de forma antissocial, então deduz-se que algum fator elevou o limiar que as mulheres ultrapassam antes de converterem atitudes, sentimentos ou motivos antissociais em ações antissociais (Wong et al., 2010). Um limiar mais elevado implica que as mulheres que ultrapassaram o seu limiar foram empurradas por causas mais fortes do que homens que ultrapassaram o seu limiar mais baixo. Geralmente, presume-se que o limiar feminino é aumentado pela socialização e expectativas culturais, presume-se que a ultrapassagem do limiar provém de fatores psicobiológicos ou de desenvolvimento ao nível do indivíduo (Moffitt et al., 2001).

Algumas teorias psicológicas sobre o comportamento antissocial argumentam que perfis de personalidade específicos do sexo podem ajudar a explicar as diferenças no comportamento

antissocial. Por exemplo, a hipótese de frustração-agressão, tem a agressão como resultado de um afeto negativo suscitado por eventos aversivos, uma extensão desta hipótese será que níveis crônicos de afeto negativo terão um aumento direto no aumento da agressão. Assim, na medida em que os homens são significativamente mais propensos a experienciar níveis crônicos de afeto negativo, serão igualmente mais propensos à agressão (Berkowitz, 1989). Quando estudada a diferença na expressão de agressão entre os sexos, foi apurado que as mulheres podem apresentar formas de agressão distintas das comumente exibidas pelos homens, nomeadamente, agressão relacional (Crick et al., 1996; Crick & Groteper, 1995). A agressão relacional caracteriza-se através de ações que influenciam os relacionamentos interpessoais, pode manifestar-se através de exclusão social, do “tratamento de silêncio” ou de ameaça de pôr fim a relações interpessoais, em vez de uma agressão por danos físicos (Crick et al., 1996). Estudos indicam que as crianças relacionalmente agressivas, correm o risco de enfrentar problemas de adaptação, de serem rejeitadas pelos colegas, apresentar taxas elevadas de depressão, solidão e isolamento social (Crick & Grotpeter, 1995). Este tipo de agressão está associada à delinquência e características de transtorno de personalidade antissocial tanto para homens como mulheres, mesmo após o controlo da variável de agressão física (Morey, 1991). Quando consideraram apenas agressões físicas, observaram diferenças significativas, com a maioria dos perpetradores sendo homens, no entanto, quando incluíram tanto agressões físicas quanto relacionais, as diferenças no sexo do perpetrador não foram significativas (Gorman-Smith, 2003). Estas descobertas realçam a necessidade de expandir as definições de agressão e comportamento antissocial para abranger uma variedade mais ampla de tipos de agressão, tendo os modelos de desenvolvimento de comportamento antissocial que considerar o sexo como uma variável importante. Numa outra abordagem, cognitivo-comportamental, as diferenças individuais na avaliação e interpretação das situações desempenham um papel crítico na inibição ou promoção da agressão. Os homens, mais do que as mulheres, interpretam provocação nas ações dos outros sendo mais propensos a agir agressivamente (Moffitt et al., 2001). Segundo a teoria do autocontrolo, a disparidade de sexo no crime pode ser explicada pelo simples facto de que os homens têm um menor autocontrolo do que as mulheres (Burton Jr. et al., 1998).

A análise das estatísticas oficiais de criminalidade é essencial para um mais abrangente entendimento do comportamento delinquente, uma vez que, estas podem fornecer informações acerca de fatores de risco, tendências e mudanças e servem de base para desenvolvimentos

teóricos. Complementarmente, analisar as estatísticas através de uma lente consciente das diferenças de sexo na delinquência é importante para a sua interpretação. Neste âmbito, embora as estatísticas apresentem uma diferença entre os sexos, a literatura questiona se realmente as mulheres praticam menos atos delinquentes ou se este grupo estará a ser, de certa forma, sistematicamente discriminado. Uma abordagem semelhante é levantada em relação a diferenças étnicas nas estatísticas oficiais, esta tem sido aplicada também as diferenças de sexo nas estatísticas oficiais de criminalidade, que levantam questões sobre as taxas reais da criminalidade e a potencial discriminação por parte das autoridades. Estudos sugerem como justificação para a diferença na representação dos sexos, a existência de uma benevolência em relação ao comportamento delincente feminino, desde a notificação do ato até à decisão judicial, apontando para uma diferença particularmente na condenação, o que será potencialmente influenciado pelo cavalheirismo ou pelo paternalismo, movidos pelos estereótipos acerca do papel social da mulher e pela visão de que existe um dever de o homem proteger a mulher (Moffitt et al., 2001).

A teoria geral da tensão (GST) foi concebida para explicar como a frustração devido ao acesso legítimo desigual a objetivos culturalmente impostos é uma explicação importante para o comportamento antissocial (Cohen, 1955; Merton, 1968). Em vez de focar apenas na incapacidade da classe baixa em alcançar o sucesso monetário, a GST descreve três principais fontes sociopsicológicas de tensão, (a) incapacidade de atingir objetivos positivamente valorizados, (b) remoção de estímulos positivamente valorizados e (c) apresentação de estímulos negativos (Agnew, 1992). O foco estava direcionado para as dificuldades económicas e destinavam-se quase exclusivamente a rapazes da classe média e trabalhadora. Alguns autores criticaram esta teoria a partir de uma perspectiva de sexo, salientando que relativamente aos rapazes e aos homens, as raparigas e as mulheres cometem muito menos crimes e constituem um dos grupos mais empobrecido de todas as sociedades ocidentais (Faith, 2011). A GST foi criticada adicionalmente por omitir algumas das principais tensões na vida dos jovens, tais como o abuso, sexismo e racismo (Belknap, 2020). Alguns investigadores argumentaram que a disparidade de sexo na infração é mais bem explicada pelo GST revisto por Agnew, que reconhece uma variedade mais ampla de fontes de tensão e permite diversas adaptações (Broidy & Agnew, 1997; Hoffmann & Su, 1997). Esta revisão sugeriu quatro critérios principais para as principais tensões e fatores de stress que aumentam a possibilidade de crime e delinquência. Esses critérios indicam que as tensões devem ser vistas como injustas, associadas a um baixo

controle social e relacionadas com alguma pressão ou incentivo para se envolver em atividades criminosas (Agnew, 2009; Yun et al., 2013). Apoiando os argumentos da teoria, pesquisas empíricas revelaram que certas tensões e setressores que atendem aos quatro critérios tendem a aumentar ou diminuir a possibilidade de crime e delinquência, como experiência de abuso na infância, experiência de preconceito e discriminação, ser vítima de crime e estar desempregado (Yun & Kim, 2017). De acordo com o GST, os efeitos negativos resultantes das tensões (raiva, depressão, culpa e frustração) medeiam ou condicionam o impacto das tensões nas estratégias cognitivas e comportamentais legítimas ou ilegítimas de um indivíduo (Yun & Kim, 2017).

Agnew também argumentou que os indivíduos lidam com as tensões através de várias estratégias cognitivas, comportamentais e emocionais, que podem ser comportamentos convencionais ou atos criminosos e desviantes, o facto de a tensão conduzir ao crime é determinado por fatores condicionantes internos ou externos associados à personalidade individual e às características do evento de tensão (Agnew, 1992). Os fatores condicionantes propostos são, na sua maioria, fatores de risco ou de proteção relevantes para a criminalidade e retirados de outras teorias criminológicas importantes, como a autoestima, o suporte social, as estratégias individuais de *coping* e vínculos sociais (Yun & Kim, 2017).

Ao contrário de outras teorias criminológicas tradicionais, o âmbito da GST foi alargado para clarificar as diferenças de género na explicação do crime, propuseram três hipóteses para explicar como e porquê as mulheres e os homens diferem nos tipos e taxas de criminalidade no contexto do GST (Yun & Kim, 2017). A primeira hipótese era que os homens e as mulheres sofrem de tensão consoante o sexo, ou seja, os homens experimentam uma tensão mais conducente ao crime do que as mulheres, porque tendem a estar mais expostos à tensão financeira, à preocupação com a realização extrínseca e a experiências de vitimização e conflitos interpessoais com os seus pares (Joon Jang, 2007; Sharp et al., 2005). Em contrapartida, as mulheres experimentam mais tensões específicas de sexo, como justiça processual, problemas de relacionamento e discriminação baseada no sexo, porque tendem a enfatizar as relações com os outros (Joon Jang, 2007; Sharp et al., 2005). Isto pode ajudar-nos a compreender as taxas de criminalidade mais baixas das mulheres. De acordo com a hipótese, os homens têm maior probabilidade de exteriorizar a raiva, o que pode levar o indivíduo ao crime e a comportamentos desviantes, pelo contrário, sugeriram que as mulheres têm mais probabilidades de interiorizar a raiva (auto-mutilação e pensamentos suicidas) (Yun & Kim, 2017). Além disso, a experiência de raiva das mulheres é acompanhada por outras emoções

negativas (depressão, medo, culpa e vergonha) com base na sua socialização cultural, estas diferenças, por sua vez, podem reduzir a tendência das mulheres para o crime violento (Broidy, 2001; Mirowsky & Ross, 1995).

O Modelo de Desenvolvimento Social (SDM) desenvolvido por Catalano e Hawkins (1996) analisa a delinquência como o resultado de comportamentos antissociais e pró-sociais adquiridos, provocados por determinados fatores de risco e de proteção (Hawkins & Weis, 2015; Catalano & Hawkins, 1996). Estes fatores englobam variáveis biológicas, psicológicas e sociais consideradas em teorias e investigações anteriores. Em particular, a SDM baseia-se na teoria do controlo, da aprendizagem social e da associação diferencial, além disso, a teoria considera de forma mais adequada os efeitos interativos entre variáveis geralmente não consideradas pelas teorias anteriores (Laundra et al., 2002). Quatro modelos de desenvolvimento foram concebidos para dar conta das alterações em determinados períodos de desenvolvimento durante a adolescência, estes quatro modelos são interativos, na medida em que se pressupõe que os resultados dos modelos anteriores influenciam as fases posteriores do desenvolvimento (Catalano & Hawkins, 1996). Assim, o SDM fornece uma perspetiva mais integradora, desenvolvimental e interativa sobre a natureza e as causas da delinquência do que as teorias anteriores. Uma estrutura como esta do SDM, permite que vários intervenientes da comunidade, incluindo pais, professores, vizinhos e agentes da lei, alinhem os seus esforços em prol de objetivos comuns (Hawkins, 1999).

Desta forma, algumas explicações para as diferenças de sexo na delinquência passam pela presunção que a delinquência feminina pode ser explicada da mesma forma que a delinquência masculina, enquanto, outras perspetivas afirmam firmemente que a delinquência masculina e femininas têm causas diferente (Wong et al., 2010). Ilustrando assim a falta de consenso em relação à origem da diferença de sexo na delinquência, que incita o desenvolvimento de estudos empíricos com o foco virado para a mulher delinvente.

2. Fatores de risco

As diferenças de sexo estão presentes no desenvolvimento do comportamento antissocial, nomeadamente em relação aos padrões de prevalência, início e desistência, fatores

de risco e de proteção, contexto e prática de crimes delinquentes e violentos (Moffitt et al., 2001).

Os fatores de risco e de proteção que estão associados ao comportamento problemático não funcionam tipicamente de forma isolada, mas podem ter efeitos cumulativos. Em alguns casos, na investigação de fatores de risco, não surge nenhum fator de risco específico, mas a acumulação de fatores de risco pode prever comportamentos problemáticos (Matthys & Lochman, 2017). O paradigma dos fatores de risco e de proteção visa identificar características dentro dos indivíduos, famílias, escolas e comunidades que elevam ou diminuem a probabilidade de comportamento delincente, o objetivo é compreender esses fatores durante períodos específicos de desenvolvimento para informar estratégias de prevenção e intervenção (Fagan & Hawkins, 2012). Os fatores de risco têm sido amplamente definidos como características, variáveis ou perigos que, se presentes para um determinado indivíduo, tornam mais provável que este indivíduo, desenvolva comportamento antissocial (Shader, 2003). A presença de fatores de risco não equivale a uma certeza de que o indivíduo irá desenvolver comportamento delincente, a presença destes fatores consiste apenas num aumento para a predisposição de desenvolver esses comportamentos.

Quando nos referimos a fatores de risco individuais, referimo-nos às características genéticas, comportamentais, emocionais, sociais e cognitivas do indivíduo, serão fatores internos, como fatores psicológicos e biológicos. Variáveis individuais ligadas à delinquência incluem alta impulsividade ou falta de autocontrole, baixos níveis acadêmicos, baixos níveis cognitivos e emocionais, perturbações de comportamento, baixa empatia, pares delinquentes (influência e pressão por parte destes), crenças antissociais e dependência de álcool e outras substâncias tóxicas (Bobbio et al., 2020). Esses fatores contribuem para a compreensão dos aspectos internos que podem influenciar o comportamento criminoso em jovens.

Existem também uma série de características familiares que constituem fatores de risco para o desenvolvimento de comportamento delincente. Esses fatores incluem deficiências afetivas e educacionais na família, ausência de monitorização e supervisão parental, pais com comportamentos antissociais ou atitudes favoráveis em relação a estes, conflito familiar e estatuto socioeconómico (Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Smith & Stern, 1997)

A escola desempenha um papel crucial no processo de socialização e no desenvolvimento de comportamentos pró-sociais durante a pré e início da adolescência,

tornando-se cada vez mais influente à medida que a influência da família e dos pais diminui (Liljeberg et al., 2011). Portanto existem fatores de risco escolares que podem contribuir para a adoção de comportamento antissocial, estes passam por fraco desempenho escolar, baixo envolvimento em atividades escolares, baixo apego à escola e/ou professores e absentismo escolar (Christle et al., 2005). Acredita-se que um apego escolar forte e positivo seja um fator de proteção contra a delinquência, com estudos indicando que a delinquência feminina se correlaciona com a força do vínculo social, incluindo o apego à escola e o compromisso com a educação. Adolescentes com laços sociais bem estabelecidos, especialmente com a escola, têm menos probabilidade de se envolverem em comportamentos antissociais e delinquentes (Liljeberg et al., 2011).

Alguns fatores relativos à comunidade onde o indivíduo se encontra também podem aumentar a probabilidade de desenvolvimento de comportamento antissocial, como o baixo apego à própria comunidade, percepção da disponibilidade de drogas, desorganização comunitária e ausência de eficácia coletiva (Bobbio et al., 2020). Estes fatores externos desempenham um papel na formação do contexto em que os comportamentos delinquentes podem vir a manifestar-se.

Apesar do extenso estudo da delinquência juvenil e das suas causas, muitos dos fatores de risco identificados têm-no sido predominantemente em amostras masculinas, deixando uma lacuna na compreensão da infração feminina adolescente e da sua etiologia (Wong et al., 2010). Mesmo sendo considerado um fator de risco, o sexo e a maneira como a delinquência se desenvolve consoante o mesmo, ainda é um tópico subdesenvolvido (Kruttschnitt, 2016). Existe uma necessidade de estudar o desenvolvimento da delinquência em mulheres, testar correlações em ambos o sexo é necessário para avaliar se os fatores de risco preditivos de comportamento antissocial no sexo masculino também serão preditivos dos mesmos comportamentos no sexo feminino (Côté et al., 2002).

Em alguns estudos, o sexo por vezes é tratado apenas como uma variável de controlo, examinado em relação a apenas alguns fatores de risco e proteção ou não têm o número suficiente de mulheres e homens para analisar adequadamente as diferenças no desenvolvimento do comportamento antissocial (Fagan et al., 2007). Isto cria um problema na compreensão das influências específicas do sexo na delinquência, que pode originar a que os programas de prevenção que abordam fatores de risco e proteção não sejam igualmente eficazes

em mulheres. Desta maneira, estratégias de prevenção específicas de gênero só podem ser desenvolvidas com uma compreensão abrangente dos preditores e fatores de risco tanto para homens como para mulheres.

Uma contribuição importante do paradigma do risco e dos fatores de proteção para o campo da criminologia é o reconhecimento de que existem múltiplos preditores do crime, estes predizem o crime numa progressão de desenvolvimento, emergindo em fases específicas da vida (Catalano & Hawkins, 1996; Farrington, 2003; Thornberry, 1987). O paradigma centrado no risco e na proteção sugere que a abordagem mais eficaz para a redução da criminalidade envolve intervenções que visam a redução de riscos e o aumento da proteção perturbando assim os processos de desenvolvimento que de outra forma poderiam levar à infração (Fagan & Hawkins, 2012). As intervenções que abordam simultaneamente múltiplos fatores de risco e de proteção revelam-se mais eficazes na prevenção da delinquência, quanto maior o número de fatores de risco, maior será a probabilidade de desenvolver comportamento antissocial, enquanto experienciar mais fatores de proteção diminui essa probabilidade (Coie et al., 1993; Herrenkohl et al., 2000; Pollard et al., 1999).

Os fatores de proteção têm sido o foco de muito menos investigação empírica do que os fatores de risco, mas há evidências de que os apegos a indivíduos e instituições pró-sociais, os reforços para o comportamento pró-social, um forte compromisso com a escola e a educação, e a eficácia coletiva podem reduzir o envolvimento na delinquência. (Catalano & Hawkins, 1996; Sampson et al., 1997). Os fatores protetores individuais incluem alta inteligência, temperamento resiliente, crença na ordem moral e habilidades sociais, de resolução de problemas e de recusa (Loeber et al., 2007; Werner, 1989).

2.1 Fatores e Diferenças de Sexo

Estudos indicam que muitos preditores de comportamento antissocial adotados por indivíduos do sexo masculino também se aplicam ao sexo feminino, apresentando uma lista partilhada de fatores de risco para ambos (Giordano et al., 1986; Steffensmeier & Allan, 1996). Contudo, a natureza da forma como estes fatores se relacionam com o risco pode diferir. O sexo desempenha um papel crucial nas relações sociais, afetando a forma como os fatores de risco proximais, especialmente os da família, interagem com outros sistemas. Assim, ao avaliar os

preditores psicossociais do comportamento antissocial, particularmente no que diz respeito à informação da prevenção, devem ser considerados elementos de expectativas sociais, papel e poder em função do sexo. Embora os mesmos fatores estejam relacionados com o risco, a natureza e o poder dessas associações podem variar para rapazes e raparigas (Gorman-Smith, 2003).

Os resultados do Estudo de Dunedin apuraram que a diferença entre os sexos na delinquência, derivem de padrões distintos influenciados por fatores de risco biológicos e ambientais. A partir do início da adolescência, os homens apresentam consistentemente taxas mais elevadas de comportamento delinvente do que as mulheres, esta disparidade é parcialmente atribuída a fatores biológicos como: os níveis de testosterona – que estão associados a uma maior agressividade e a tendências para assumir riscos, observadas mais frequentemente no sexo masculino; e as diferenças de desenvolvimento cerebral, onde os homens a apresentarem frequentemente uma maturação mais lenta em áreas relacionadas com o controlo dos impulsos e a tomada de decisões (Moffitt et al., 2001). O estudo salienta que as experiências na primeira infância, como a exposição à violência, a dinâmica familiar instável ou a supervisão parental inadequada, aumentam significativamente a probabilidade de comportamento delinvente, sobretudo entre os homens. Além disso, as relações com os pares exercem uma influência considerável durante a adolescência, com os homens a adotarem frequentemente comportamentos competitivos e propensos ao risco em troca de aceitação (Moffitt et al., 2001).

Uma das principais diferenças nas discussões sobre os preditores do comportamento antissocial das raparigas versus o comportamento antissocial dos rapazes, passa pelo papel da vitimização. Embora seja claro que os rapazes também estão em risco, a vitimização tem desempenhado um papel muito mais central no risco de comportamento antissocial entre as raparigas do que entre os rapazes (Howing et al., 1990; Scudder et al., 1993; Smith & Thornberry, 1995). No entanto, essas descobertas são um pouco inconsistentes: em alguns estudos estão relacionados com o envolvimento em formas mais graves de delinquência tanto para homens como para mulheres, noutras encontraram relação com a violência apenas para os homens ou apenas para as mulheres (Smith & Thornberry, 1995). As raparigas enfrentam uma probabilidade significativamente mais elevada de serem vítimas de abuso sexual, tanto na infância como na idade adulta, o que realça a complexidade das diferenças relacionadas com o

sexo quando o foco é a vitimização sexual, com vários estudos a indicarem uma associação entre história de abuso sexual e comportamento antissocial (Gorman-Smith, 2003).

Os maus-tratos na infância têm sido associados a uma ampla gama de resultados adversos no desenvolvimento infantil, incluindo comportamento antissocial e uso indevido de substâncias, contudo, existe uma lacuna na investigação relativa às vias específicas de sexo para a delinquência resultante de maus-tratos na infância (Banducci et al., 2014; Widom & Maxfield, 2001). Estudos que utilizaram medidas de autorrelato sugeriram que a exposição a múltiplas formas de maus-tratos, incluindo sexuais (Cudmore et al., 2015), físicos e emocionais (Brezina, 1998), poderá conduzir à delinquência (Cudmore et al., 2015; Gao et al., 2016). As diferenças de sexo nos maus-tratos infantis e na subsequente delinquência não foram especificamente abordadas, embora possam existir diferentes caminhos de sexo para a delinquência (Abajobir et al., 2017). Além disso, existe a possibilidade de uma interface entre fatores de risco biológicos e sociais (Brennan et al., 2003) que pode operar através do seu efeito em problemas de desenvolvimento precoces ou tardios a longo prazo (Najman et al., 2009). Assim, apesar de alguns estudos apurarem que o sexo pode conduzir a padrões convergentes de delinquência, e/ou que podem existir fatores psicossociais subjacentes partilhados, homens e mulheres podem responder de forma diferente às mesmas formas de maus-tratos infantis (Abajobir et al., 2017). O efeito dos maus-tratos na infância também pode ser mediado por problemas de internalização nas mulheres, mas que, inversamente, poderá levar a problemas de externalização em homens (Maschi et al., 2008).

O estudo da ISRD revelou algumas discrepâncias nos fatores que influenciam o comportamento antissocial entre adolescentes do sexo masculino e feminino, a rutura familiar, frequentemente associada a efeitos negativos no comportamento das crianças, parece ter um maior impacto nos rapazes do que nas raparigas em termos de comportamento delinvente autorrelato; a frequência de comportamentos problemáticos, como absentismo e fuga, mais associado a comportamento antissocial feminino, é semelhante entre ambos os sexos (Junger-Tas et al., 2004). O estudo conduzido por Worthen (2012) indica que: passar tempo com os amigos prediz positivamente o envolvimento em comportamento delinvente para rapazes, mas não para raparigas; a pressão por parte dos pares correlaciona-se com o envolvimento delinvente masculino, mas não feminino; adicionalmente o efeito dos vínculos parentais varia consoante o sexo, uma vez que, a monitorização parental relaciona-se negativamente com a delinquência masculina enquanto que o apego parental positivo reduz a delinquência feminina.

Vários fatores de risco familiar, como as práticas disciplinares severas, ambientes familiares conflituosos, deslocalizações frequentes e desvantagens socioeconômicas, contribuem para um risco aumentado de comportamento antissocial tanto para rapazes como para raparigas (Dodge et al., 1990; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Patterson et al., 1990; Straus et al., 1997). Contudo, análises de regressão sugerem um impacto mais forte destes fatores nos rapazes (Moffitt et al., 2001). Fatores como temperamento e a hiperatividade, fortemente correlacionados com o comportamento antissocial, apresentaram também um impacto mais forte em homens (Brooks-Gunn & Duncan, 1997; Fergusson et al., 1992). Foi apurado, no entanto, que os rapazes diferem significativamente das raparigas em fatores de risco cognitivos e neurológicos, incluindo pior desempenho em testes neuropsicológicos e menor capacidade de leitura (Moffitt et al., 2001).

No estudo realizado por Fagan et al. (2007), uma análise de 22 fatores revelou associações significativas com a delinquência grave para ambos os sexos, os fatores de proteção foram consistentemente associados ao envolvimento reduzido em infrações graves de raparigas e rapazes, enquanto, os fatores de risco mostraram associações com o aumento da delinquência grave. As competências sociais foram fortemente associadas a níveis mais baixos de delinquência, enquanto a rebeldia, a procura de sensações e a afiliação com pares delinquentes foram correlacionadas com níveis mais elevados de delinquência grave; má gestão familiar e a ausência de oportunidades de envolvimento pró-social na escola também estiveram fortemente relacionadas com a delinquência grave, tanto para raparigas como para rapazes; atitudes favoráveis em relação à delinquência ou ao consumo de drogas estavam mais fortemente ligadas ao aumento da delinquência nos rapazes do que nas raparigas, enquanto as boas competências sociais tiveram um maior efeito protetor contra a delinquência nos rapazes (Fagan et al., 2007). Ao analisar as diferenças de sexo, o estudo apurou que os fatores de risco tinham uma associação positiva mais forte com a delinquência grave nos rapazes em comparação com as raparigas.

Abordar e prevenir a delinquência requer um foco por parte da investigação na análise de vários fatores de risco associados ao comportamento delincente. Depois de compreendermos estes fatores, podemos desenvolver intervenções e medidas para mitigar o risco. Evidência empírica apoia a noção de que um único fator de risco é insuficiente para explicar o comportamento criminoso, pelo contrário, uma combinação de fatores internos e

externos influencia coletivamente os jovens, assim, isto sugere a necessidade para uma abordagem mais abrangente (Baskin-Sommers et al., 2016; Humphrey & Van Brunschot, 2018).

3. Communities That Care

A ciência da prevenção incentiva o desenvolvimento, o teste e a disseminação de práticas destinadas a influenciar fatores de risco e fatores de proteção, reduzindo, em última análise, as taxas de comportamentos problemáticos (Fagan & Hawkins, 2012). Esta baseia-se em pesquisas sobre riscos maleáveis e fatores de proteção que predizem crimes. As intervenções preventivas são direcionadas aos preditores de criminalidade identificados, assim, o desafio agora é utilizar o conhecimento produzido para orientar as políticas e as ações nas comunidades (Hawkins, 1999). A identificação de fatores de risco específicos que podem levar à delinquência para determinados grupos de jovens em fases específicas de desenvolvimento pode ajudar os programas a direcionarem os seus esforços de forma mais eficiente e económica (Shader, 2003). Desta forma, quanto maior for o nosso conhecimento acerca de fatores de risco e fatores de proteção, melhor será o nosso ponto de partida para a criação e aplicação de medidas de intervenção que irão assim prevenir de maneira mais eficiente e eficaz comportamentos indesejáveis.

Estas intervenções têm sido realizadas numa variedade de contextos e têm como alvo os fatores de risco e de proteção nos domínios individual, familiar, escolar, dos pares e da comunidade (Fagan & Hawkins, 2012). As estratégias de prevenção podem ser categorizadas em quatro tipos: prevenção da justiça criminal, prevenção situacional, prevenção comunitária e prevenção do desenvolvimento (Tonry & Farrington, 1995). A prevenção comunitária visa as condições sociais e as instituições que influenciam o comportamento antissocial, e a prevenção do desenvolvimento inibe o comportamento antissocial ao abordar os fatores de risco e de proteção no desenvolvimento humano (Farrington, 2003). Mobilizar as comunidades para atuarem como seus próprios agentes de mudança é uma estratégia importante para prevenir problemas de comportamento entre os jovens (Chinman et al., 2005).

Avanços recentes na ciência da prevenção, incluindo evidências sobre preditores de problemas de comportamento e intervenções rigorosamente avaliadas que demonstraram sucesso na prevenção de comportamentos problemáticos dos adolescentes sugerem que um sistema de serviços de prevenção comunitária com base científica pode ser eficaz na promoção da saúde e do bem-estar dos jovens que vivem na comunidade (Hawkins et al., 2002).

O programa “Comunidades que Cuidam” (Communities That Care - CTC) é um sistema de mobilização de comunidades para abordar sistematicamente os problemas de saúde e de comportamento dos adolescentes através da adoção de uma abordagem de prevenção baseada na ciência (Brown et al., 2007). Esta abordagem baseia-se na premissa de que a redução da prevalência deste tipo de problemáticas nos adolescentes pode ser conseguida através da identificação de fatores de risco e fatores de proteção e, em seguida, da seleção de intervenções preventivas testadas e eficazes que abordem esses fatores específicos (Brown et al., 2007). O objetivo do sistema de prevenção CTC é acumular e dar sentido ao conhecimento relativo aos fatores associados ao comportamento antissocial e ao crime e como preveni-lo, e partilhar esta informação com os profissionais da comunidade e decisores políticos, a fim de melhorar o desenvolvimento positivo dos jovens em todas as comunidades (Fagan & Hawkins, 2012). O modelo abordado a cima, é fundamental para a abordagem de prevenção CTC, uma vez que, integra múltiplos fatores de risco e de proteção para explicar o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais e antissociais ao longo da vida, enfatiza a influência conjunta desses fatores e promove a criação de ambientes que providenciam proteção, padrões claros e laços fortes com indivíduos para neutralizar a exposição dos jovens a fatores de risco e promover crenças pró-sociais (Catalano & Hawkins, 1996). O SDM baseia-se nas teorias do controlo social, da aprendizagem social e da associação diferencial, bem como nos conhecimentos gerados pelo paradigma dos fatores de risco e de proteção. O CTC operacionaliza estas abordagens, defendendo que as comunidades previnam os comportamentos antissociais através da redução dos fatores de risco e do reforço dos fatores de proteção (Fagan & Hawkins, 2012).

O modelo do CTC foi concebido para ser adaptado de forma flexível a uma série de comunidades, bairros, municípios, distritos escolares, cidades ou agrupamentos regionais de cidades. O processo desenrola-se numa série de fases: (1) os principais líderes comunitários são mobilizados e formam um conselho de prevenção; (2) em seguida recebem uma série de sessões de formação de vários dias sobre o modelo de saúde pública, a ciência da prevenção e a avaliação multi-método dos fatores de risco e de proteção da comunidade; (3) depois de o conselho de prevenção completar uma avaliação dos fatores de risco e de proteção da comunidade na fase 2, a coligação dá prioridade aos fatores que devem ser abordados e (4) seleciona programas de prevenção apoiados empiricamente para abordar os fatores de risco prioritários; (5) o comité local de planeamento do CTC apresenta então um pedido de subsídio

ao estado para três anos de apoio para o funcionamento contínuo do CTC, contratando um funcionário principal e apoio inicial para a implementação dos programas de prevenção selecionados (Feinberg et al., 2007).

A seleção de técnicas de intervenção para o CTC depende dos fatores de risco visados, do orçamento e dos recursos disponíveis e das lacunas locais nos serviços de prevenção. Os programas são normalmente selecionados a partir de um leque de programas de intervenção baseada na evidência (Feinberg et al., 2007).

Estes programas incluem uma vasta gama de formatos e populações-alvo, desde visitas domiciliares pré-natais a programas escolares para adolescentes, e desde políticas comunitárias de utilização de substâncias e aplicação da lei a modelos específicos de terapia familiar. A informação para o programa é obtida principalmente a partir da administração do *Communities That Care - Youth Survey*, um inquérito de autoadministração que avalia os níveis de risco e proteção entre os jovens, bem como o envolvimento destes no consumo de drogas, delinquência, violência e outros comportamentos (Arthur et al., 2002). As coligações comunitárias aprendem a administrar este inquérito nas escolas de ensino básico e secundário da zona e a interpretar os dados do inquérito, em seguida, são-lhes fornecidas listas e descrições de intervenções detalhadas no *CTC Prevention Strategies Guide*, que têm provas de eficácia de ensaios de investigação bem conduzidos na alteração de fatores de risco e de proteção e na redução de comportamentos problemáticos (Fagan & Hawkins, 2012).

Utilizando a informação do guia e as suas avaliações de necessidades, as coligações selecionam intervenções que tenham demonstrado anteriormente alterar os fatores de risco e de proteção priorizados na sua comunidade. O guia abrange intervenções preventivas em todas as fases de desenvolvimento, desde programas para mães grávidas até serviços para estudantes do ensino básico e secundário, e intervenções direcionadas para adolescentes mais velhos com histórico de comportamento delinvente (Arthur et al., 2002; Fagan & Hawkins, 2012).

3.1 Communities That Care e Diferenças de Sexo

É importante avaliar se programas de prevenção, como o CTC, e os seus instrumentos, como o CTC-YS, têm os efeitos pretendidos ou se esses efeitos variam entre subgrupos, nomeadamente entre grupos étnicos ou consoante o sexo. Uma vez que, o impacto de alguns

programas de prevenção tem variado consoante o sexo em algumas avaliações empíricas, com alguns programas a mostrarem efeitos mais fortes para as mulheres e outros a mostrarem efeitos mais fortes para os homens (Fagan & Lindsey, 2014), contudo, alguns estudos encontraram diferenças relativas ao sexo, enquanto outros não. Vários fatores podem contribuir para que estudos apresentem resultados com diferenças significativas derivadas do sexo, tais como, os programas adotados podem ter visado fatores de risco que são mais prevalentes ou mais fortemente ligados a comportamentos do sexo masculino do que do sexo feminino, como a fraca monitorização parental e a exposição a pares delinquentes (Fagan et al. 2007; Moffitt et al. 2001). Os rapazes também podem reagir melhor do que as raparigas às mudanças nas práticas e normas a nível comunitário, como as que são objeto do CTC. Finalmente, alguns comportamentos podem ser mais prevalentes entre os homens e, desta maneira, ter mais espaço para diminuir como resposta a uma intervenção (Oesterle et al. 2015).

Em relação ao CTC, por exemplo, em análises separadas, o estudo elaborado por Oesterle et al. (2018) avaliou se os efeitos do CTC diferiam entre os participantes do sexo masculino e feminino. Esta análise não indicou diferenças significativas consoante o sexo, no entanto, existiu um efeito negativo não significativo na incidência de consumo de drogas ao longo da vida para os participantes do sexo masculino e um efeito positivo não significativo para as participantes do sexo feminino. Devido à direção oposta destes efeitos, a interação entre os sexos foi estatisticamente significativa, mas este resultado não tem significado substantivo, uma vez que nenhum dos efeitos dos subgrupos foi estatisticamente significativo (Oesterle et al., 2018). No entanto, análises conduzidas separadamente em relação ao efeito da intervenção, encontraram efeitos mais fortes, de maneira geral, para participantes do sexo masculino. Apesar disto, resultados deste tipo não foram apurados em nenhuma das outras 18 intervenções que implementaram o programa CTC, estas não mostraram diferenças de sexo fortes ou consistentes quando avaliadas em estudos de elevada qualidade (Oesterle et al., 2015).

Quando analisamos o instrumento utilizado pelo programa, o CTC-YS, os resultados do estudo de Glaser et al. (2005) indicam que o inquérito apresenta formas de medição fiáveis para fatores de risco e de proteção que são invariantes entre grupos étnicos e de sexo entre níveis de ensino do 6º ao 12º ano. Esta invariância demonstra que o inquérito mede estes fatores igualmente bem independentemente do grupo étnico, sexo e ano escolar, ou seja, não será necessário o uso de instrumentos diferentes para medir os fatores de risco e de proteção em diferentes grupos étnicos ou para raparigas e rapazes. O CTC-YS mediu adequadamente todos

os fatores de risco e de proteção para homens e mulheres e para os cinco grupos étnicos estudados (Glaser et al., 2005).

Atendendo às evidências que sugerem que alguns programas apresentam uma diferença nos resultados derivada do sexo dos participantes, as comunidades que utilizam a estrutura de programas como CTC devem ter em conta o sexo ao planear e implementar programas de prevenção. Análises das diferenças de sexo no impacto das intervenções comunitárias e um maior investimento teórico que explore as diferenças na exposição aos fatores de risco e fatores de proteção para rapazes e raparigas são importantes, uma vez que, até à data, existe pouco trabalho deste tipo (Fagan & Lindsey, 2014).

Assenta sobre isto a importância e pertinência de estudos como o que esta a ser elaborado, que exploram fatores de risco e fatores de proteção numa amostra feminina, a fim de preencher a lacuna existente no conhecimento científico que dá fruto a programas e políticas de intervenção.

Capítulo II – Estudo Empírico: Metodologia

1. Objetivo

A presente investigação tem como objetivo explorar a relação entre os fatores de risco e o comportamento antissocial em participantes do sexo feminino. Adicionalmente, procurar-se-á analisar quais dos fatores de risco analisados têm uma maior influência no comportamento antissocial das mulheres. Pese embora, a identificação de fatores de risco ser amplamente discutida na literatura criminológica, na maioria dos estudos foi usado uma amostra exclusiva ou maioritariamente masculina, o que resulta numa lacuna de conhecimento sobre o comportamento antissocial feminino (Wong et al., 2010). Diante dessa escassez e sendo pertinente, este estudo fará uso exclusivamente de uma população feminina, retirada de uma base de dados mais ampla de CTC, a fim de contribuir para um maior conhecimento da influência dos fatores de risco no desenvolvimento do comportamento antissocial feminino. Compreender estes aspetos é fundamental, uma vez que, abrirá caminho a estratégias e programas de prevenção mais eficazes e específicos para cada sexo.

Deste objetivo geral decorre um conjunto de objetivos específicos, designadamente:

- a) Identificar quais os fatores de risco que estão relacionados com a prática de comportamentos antissociais no sexo feminino.
- b) Identificar qual o fator de risco, de entre os explorados (fatores de risco comunitários, fatores de risco familiares, fatores de risco escolares, fatores de risco individuais e fatores de risco de pares), tem maior magnitude de efeito na prática de comportamentos antissociais no sexo feminino.

Com base na literatura teórica analisada e nos objetivos formulados, colocaram-se as seguintes hipóteses:

H1. Os fatores de risco comunitários são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino, sugerindo que as participantes que apresentam fatores de risco comunitários terão uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

H2. Os fatores de risco familiares são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino, sugerindo que as participantes que apresentam fatores de risco familiares terão uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

H3. Os fatores de risco escolares são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino, sugerindo que as participantes que apresentam fatores de risco escolares terão uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

H4. Os fatores de risco individuais são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino, sugerindo que as participantes que apresentam fatores de risco individuais terão uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

H5. Os fatores de risco de pares são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino, sugerindo que as participantes que apresentam fatores de risco familiares terão uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

2. Método

2.1 Amostra e Procedimentos

Esta investigação insere-se numa abordagem metodológica quantitativa e o estudo deve classificar-se como um estudo correlacional transversal.

A amostra utilizada neste estudo deriva de uma base de dados mais extensa integrada no estudo de validação do questionário *CTC-YS* (Communities That Care – Youth Survey). No que diz respeito ao método de amostragem, esta tratou-se de uma amostra de conveniência, onde os participantes foram escolhidos com base em critérios de conveniência, como a proximidade geográfica, a facilidade de acesso, a disponibilidade de tempo ou a disposição dos participantes em colaborar.

Desta maneira foi necessário delimitar critérios de inclusão para o propósito deste estudo, designadamente: frequentar o ensino escolar. Adicionalmente o *CTC-YS* inclui critérios de exclusão para eliminar os participantes que respondem de forma desonesta ou incoerente ao questionário, como por exemplo, as respostas a itens sobre o consumo de drogas fictícias e perguntas sobre honestidade.

Após eliminados os participantes considerados desonestos, a base de dados era composta por 695 indivíduos, uma vez que o foco do estudo recai sobre a população feminina, foram eliminados adicionalmente 362 (53%) participantes do sexo masculino. Desta maneira a base de dados final contou com 333 (47%) participantes do sexo feminino, onde a idade variava entre os 10 e 21 anos.

Tabela 1

Caracterização da amostra

	N	%	M	SD	Min-Máx.
Sexo					
Feminino	333	100			
Idade			14.95	2.541	10-21
Escolaridade	345				
5º ano	21	6.3			
6º ano	26	7.8			
7º ano	26	7.8			
8º ano	35	10.5			
9º ano	30	9.0			
10º ano	64	19.2			
11º ano	74	22.2			
12º ano	57	17.1			
Nacionalidade					
Portuguesa	307	92.2			
Outro	26	7.8			

Caracterizando a amostra, podemos ver através da tabela 1 que as crianças e jovens apresentam idades compreendidas entre os 10 e 21 anos, sendo a média de idade 15 anos ($M=14.95$), com um desvio padrão de 2.54. Podemos observar também que o ano de escolaridade com a frequência mais elevada é o 11º ano de escolaridade (22%), seguido do 10º ano (19%). Adicionalmente, a amostra é constituída por uma maioria de participantes de nacionalidade portuguesa (91.3%).

Relativamente aos procedimentos adotados, a recolha dos dados obtidos à data deu-se em escolas de ensino regular e profissional, pelo que, a equipa de investigação responsável pela condução do estudo de validação (Gomes et al., 2022), estabeleceu primeiramente contacto com as escolas no sentido de obter autorizações formais e prosseguir com a investigação. De seguida, procurou-se obter a aprovação e autorização ética da Direção-Geral da Educação (DGE) através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME), assim como da Comissão de Ética da Universidade do Minho.

Após a aceitação de colaboração, foram entregues os consentimentos informados, documento que explica o objetivo e procedimento do estudo, assegura a confidencialidade e a gestão de armazenamento dos dados recolhidos. Em relação a participantes menores, esta informação foi transmitida aos seus responsáveis legais e os consentimentos informados necessários foram assim obtidos. Subsequentemente à recolha dos consentimentos, foram agendadas datas para a realização das recolhas dos dados. Estas decorreram em aulas específicas de maneira a não interferir com o normal funcionamento das atividades escolares, contaram com a presença do investigador e com o preenchimento do questionário em papel com uma duração máxima de 50 minutos.

2.2 Instrumento e variáveis

Instrumento

Communities That Care - Youth Survey

Para a realização deste estudo foi utilizado o questionário de autorrelato CTC-YS, traduzido e em processo de validação para a população portuguesa (Gomes et al., 2022). Este instrumento avalia fatores de risco e de proteção que, baseados na literatura, se revelaram associados a problemas comportamentais na adolescência, nomeadamente no envolvimento de delinquência juvenil (Arthur et al., 2002). O questionário é composto por 139 questões que avaliam 37 fatores (24 fatores de risco e 13 fatores de proteção) abrangendo quatro domínios: individual-pares, comunitário, escolar e familiar. Complementarmente, o instrumento apresenta ainda questões relativas a dados sociodemográficos e questões de triagem que procuram excluir participantes através de perguntas de honestidade e drogas fictícias, desta maneira, eliminando participantes que foram um pouco a muito desonestos, assim como, participantes que alegavam consumo de drogas que efetivamente não existiriam. Os fatores são medidos, na sua maioria, numa escala de tipo likert de 4 pontos.

Variáveis Independentes

Fatores de Risco Comunitários

Para avaliar os fatores de risco comunitários, o CTC-YS coloca uma série de perguntas que abordam o Baixo vínculo comunitário (3 itens com escala tipo Likert de 4 pontos; alfa α

Cronbach = .80), Desorganização Comunitária (5 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .63$), Transição e Mobilidade (4 itens Likert de 5 pontos ; $\alpha = .52$), Disponibilidade Percebida de Drogas (4 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .80$), Disponibilidade Percebida de Armas (1 item Likert de 4 pontos $\alpha = N/A$) e Leis e Normas Favoráveis ao Uso de Drogas (6 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .75$).

Fatores de Risco Familiar

No âmbito de fatores de risco familiar, as perguntas abordam o Histórico Familiar de Comportamento Antissocial (11 itens com escala tipo Likert de 5 pontos; $\alpha = .71$), Gestão Familiar Pobre (8 questões Likert de 4 pontos; $\alpha = .75$), Conflito Familiar (3 questões Likert de 4 pontos; $\alpha = .74$), Atitudes Parentais Favoráveis ao Uso de Drogas (3 questões Likert de 4 pontos; $\alpha = .49$) e Atitudes Parentais Favoráveis ao Comportamento Antissocial (3 questões Likert de 4 pontos; $\alpha = .51$).

Fatores de Risco Escolar

Os fatores de risco escolares, através do CTC-YS, são medidos por perguntas que englobam o Insucesso Académico (2 itens com escala tipo Likert de 4 pontos; $\alpha = .61$) e Baixo Compromisso com a Escola (7 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .69$).

Fatores de Risco Individual- Pares

O inquérito CTC-YS engloba num grupo fatores de risco individuais e fatores de risco de pares, através de questões que tratam Rebeldia (3 itens com escala tipo Likert de 4 pontos; $\alpha = .59$), Envolvimento em Gangues (4 itens Likert de 9 pontos; $\alpha = .71$), Risco Percebido de Uso de Drogas (4 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .80$), Início Precoce do Uso de Drogas (4 itens Likert de 9 pontos; $\alpha = .69$), Início Precoce do Comportamento Antissocial (5 itens Likert de 9 pontos; $\alpha = .55$), Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas (4 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .77$), Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial (6 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .67$), Intenções de Uso (3 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .61$), Recompensas pelo Envolvimento Antissocial (6 itens Likert de 4 pontos; $\alpha = .89$), Uso de Drogas por Amigos (4 itens Likert de 5 pontos; $\alpha = .67$) e Interação com Pares Antissociais (7 itens Likert de 5 pontos; $\alpha = .76$).

Na análise destes fatores de risco, separamos os fatores de risco individuais de fatores de risco de pares, uma vez que, entendemos que estes diferem na sua natureza e resultaria numa análise mais correta dos dados obtidos.

Variável Dependente

Comportamento Antissocial

Esta variável foi operacionalizada em perguntas que tratam a Prevalência do Comportamento Antissocial (13 itens com escala tipo Likert de 8 pontos; $\alpha = .60$) e Frequência de Comportamento Antissocial (13 itens Likert de 8 pontos; $\alpha = .53$).

Neste estudo, com base nas perguntas do questionário, operacionalizamos o comportamento antissocial como uma medida de variedade, referindo-nos à quantidade e diversidade dos comportamentos antissociais. Esta foi calculada a partir da soma de todos os itens pertinentes ao comportamento social dicotomizados.

2.3 Análise estatística

A análise estatística deste estudo foi conduzida utilizando o software IBM SPSS Statistics versão 29. Inicialmente, foram realizadas análises descritivas para caracterizar tanto a amostra quanto as variáveis do estudo. Para avaliar a normalidade da distribuição das variáveis, utilizou-se o teste Kolmogorov-Smirnov, revelando que algumas variáveis não seguem uma distribuição normal. No entanto, dada a dimensão elevada da amostra ($N = 333$), foi aplicado o Teorema do Limite Central, o qual sugere uma tendência para a normalidade em amostras grandes. Portanto, as regressões lineares simples realizadas são robustas o suficiente para suportar essa violação do pressuposto da normalidade das distribuições (Marôco, 2010).

Para avaliar a consistência interna do conjunto de itens, utilizou-se o coeficiente alfa de Cronbach (α). Os resultados foram interpretados conforme os critérios estabelecidos por Hill & Hill (2000), considerando-se valores acima de .90 como excelentes, entre .80 e .90 como bons, entre .70 e .80 como razoáveis, entre .60 e .70 como baixos (mas aceitáveis), e inferiores a .60 como inaceitáveis.

Posteriormente, foram conduzidas análises de regressão linear simples para determinar quais variáveis independentes (risco comunitário, risco familiar, risco escolar, risco individual e risco de pares) predizem a variável dependente (comportamento antissocial), bem como para avaliar a magnitude do efeito na predição do comportamento antissocial. O nível de significância foi avaliado através do valor de p , adotando-se o nível de .05.

Capítulo III – Estudo Empírico: Resultados

1. Risco Comunitário

Na Tabela 2, encontramos os resultados das regressões lineares simples para os fatores de risco comunitário associados ao comportamento antissocial. Verifica-se, assim, que o baixo vínculo comunitário mostrou uma relação estatisticamente significativa ($p = .044$), com um coeficiente beta (β) de .11, contribuindo com 1% para a variabilidade do comportamento antissocial ($R^2 = .01$). A desorganização comunitária, embora não tenha alcançado significância estatística ($p = .215$), apresentou um coeficiente beta (β) de .07, explicando 1% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .01$). Já a transição e mobilidade demonstraram uma relação estatisticamente significativa e substancial ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .20, explicando 4% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .04$). A disponibilidade percebida de drogas emergiu como um preditor significativo ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .29, contribuindo significativamente com 8% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .08$). Embora a disponibilidade percebida de armas, também não tenha alcançado significância estatística ($p = .052$), o seu coeficiente beta (β) de .12 indica uma contribuição de 1% para a variabilidade do comportamento antissocial ($R^2 = .01$). Por fim, as leis e normas favoráveis ao uso de drogas demonstraram uma relação estatisticamente significativa ($p = .025$), com um coeficiente beta (β) de .12, explicando 2% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .02$).

Tabela 2

Resultados das Regressões Lineares Simples para Fatores de Risco Comunitário associados ao Comportamento Antissocial

Risco Comunitário	B	SE	β	t	p	95% CI		R^2
						Lower Bound	Upper Bound	
Baixo Vínculo Com.	0.13	0.06	.11	2.02	.044	0.004	0.251	.01

Desorganização Com.	0.13	0.11	.07	1.24	.215	-0.077	0.342	.01
Transição e Mobilidade	0.31	0.08	.20	3.77	<.001	0.149	0.476	.04
Disponibilidade Percebida de Drogas	0.30	0.05	.29	5.50	<.001	0.192	0.406	.08
Disponibilidade Percebida de Armas	0.18	0.09	.12	1.96	.052	-0.002	0.368	.01
Leis e Normas Favoráveis ao Uso de Drogas	0.17	0.08	.12	2.25	.025	0.021	0.320	.02

a. Variável Dependente: Variedade Comportamento Antissocial

2. Risco Familiar

Analisemos agora a relação entre os diferentes fatores de risco familiar e o comportamento antissocial, atendendo para tal à Tabela 3. Assim, constatamos que o Histórico Familiar de Comportamento Antissocial mostrou uma relação estatisticamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .26, explicando 7% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .07$). A Gestão Familiar Pobre também apresentou uma relação significativa ($p = .001$), com um coeficiente beta (β) de .18, explicando 3% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .03$). O Conflito Familiar demonstrou uma relação estatisticamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .19, contribuindo com 4% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .04$). As Atitudes Parentais Favoráveis ao Uso de Drogas emergiram como um preditor significativo ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .25, contribuindo substancialmente com 6% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .06$). Por fim, as Atitudes Parentais Favoráveis ao Comportamento Antissocial também demonstraram uma relação estatisticamente significativa ($p = .006$), com um coeficiente beta (β) de .15, explicando 2% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .02$).

Tabela 3

Resultados das Regressões Lineares Simples para Fatores de Risco Familiares associados ao Comportamento Antissocial

Risco Familiar	B	SE	β	<i>t</i>	<i>p.</i>	95% CI		R ²
						Lower Bound	Upper Bound	
Histórico Fam. de Com. Anti.	0.35	0.07	.26	4.98	<.001	0.212	0.489	.07
Gestão Fam. Pobre	0.29	0.09	.18	3.24	.001	0.113	0.462	.03
Conflito Fam.	0.21	0.06	.19	3.46	<.001	0.092	0.335	.04
Atitudes Parentais Fav. ao Uso de Drogas	0.44	0.10	.25	4.61	<.001	0.252	0.626	.06
Atitudes Parentais Fav. ao Com. Anti.	0.34	0.12	.15	2.79	.006	0.101	0.582	.02

a. Variável Dependente: Variedade Comportamento Antissocial

3. Risco Escolar

Na Tabela 4 estão representados os resultados das regressões lineares simples para os fatores de risco escolares associados ao comportamento antissocial. Como é possível constatar, o Insucesso Escolar mostrou uma relação estatisticamente significativa ($p = .004$), com um coeficiente beta (β) de .16, explicando 3% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .03$). Adicionalmente, Baixo Compromisso Escolar também apresentou uma relação altamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .20, contribuindo com 4% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .04$).

Tabela 4

Resultados das Regressões Lineares Simples para Fatores de Risco Escolares associados ao Comportamento Antissocial

Risco Escolar	B	SE	β	<i>t</i>	<i>p.</i>	95% CI		R^2
						Lower Bound	Upper Bound	
Insucesso Escolar	0.24	0.08	.16	2.90	.004	0.078	0.406	.03
Baixo Compromisso Escolar	0.32	0.08	.20	3.81	<.001	0.154	0.483	.04

a. Variável Dependente: Variedade Comportamento Antissocial

4. Risco Individual

A Tabela 5 apresenta os resultados das análises de regressão linear simples para os fatores de risco individual e sua relação com o comportamento antissocial. Observa-se que a Rebeldia mostrou uma relação altamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .25, explicando 6% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .06$). O Envolvimento de Gangues também apresentou uma relação estatisticamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .13, contribuindo com 2% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .02$). O Risco Percebido de Uso de Drogas demonstrou uma relação significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .19, explicando 3% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .03$). O Início Precoce do Uso de Drogas e o Início Precoce do Comportamento Antissocial surgiram como preditores significativos do comportamento antissocial, com ambos apresentando uma relação altamente significativa ($p < .001$). O Início Precoce do Uso de Drogas contribuiu com 10% da variância, enquanto o Início Precoce do Comportamento Antissocial explicou 9% da variabilidade. As Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas, as Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial e as Intenções de Uso também demonstraram relações altamente significativas com o comportamento antissocial ($p < .001$). As Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas e as Intenções de Uso contribuíram cada uma com 10% da variância, enquanto as Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial explicaram 12% da variabilidade.

Tabela 5

Resultados das Regressões Lineares Simples para Fatores de Risco Individuais associados ao Comportamento Antissocial

Risco Individual	B	SE	β	<i>t</i>	<i>p.</i>	95% CI		R ²
						Lower Bound	Upper Bound	
Rebeldia	0.36	0.08	.25	4.66	<.001	0.209	0.511	.06
Envolvimento de Gangues	0.20	0.08	.13	2.37	.018	0.034	0.366	.02
Risco Percebido de Uso de Drogas	0.25	0.07	.19	3.43	<.001	0.107	0.396	.03
Inicio Precoce do Uso de Drogas	0.21	0.04	.31	5.95	<.001	0.139	0.277	.10
Inicio Precoce do Com. Anti.	0.58	0.10	.31	5.85	<.001	0.387	0.780	.09
Atitudes Fav. ao Uso de Drogas	0.44	0.07	.32	6.21	<.001	0.301	0.579	.10
Atitudes Fav. ao Comp. Anti.	0.86	0.13	.35	6.79	<.001	0.612	1.112	.12
Intenções de Uso	0.51	0.08	.33	6.40	<.001	0.350	0.660	.11

5. Variável Dependente: Variedade Comportamento Antissocial

6. Risco de Pares

Analisemos agora a relação entre os diferentes fatores de risco de pares e o comportamento antissocial, atendendo para tal à Tabela 6. Assim, constatamos que as “Recompensas pelo Envolvimento Antissocial” não apresentaram uma relação estatisticamente significativa ($p = .107$), com um coeficiente beta (β) de .09, contribuindo com apenas 1% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .01$). O “Uso de Drogas por Amigos”, por outro lado, mostrou uma relação altamente significativa ($p < .001$), com um coeficiente beta (β) de .34, explicando

12% da variabilidade no comportamento antissocial ($R^2 = .12$). A “Interação com Pares Antissociais” também apresentou uma relação estatisticamente significativa ($p = .002$), com um coeficiente beta (β) de 0.17, contribuindo com 3% da variância no comportamento antissocial ($R^2 = .03$).

Tabela 6

Resultados das Regressões Lineares Simples para Fatores de Risco de Pares associados ao Comportamento Antissocial

Risco Pares	B	SE	β	t	$p.$	95% CI		R^2
						Lower Bound	Upper Bound	
Recompensas pelo Envolvimento Antissocial	0.09	0.06	.09	1.62	.107	-0.020	0.207	.01
Uso de Drogas por Amigos	0.40	0.06	.34	6.62	<.001	0.276	0.510	.12
Interação com Pares Antissociais	0.42	0.14	.17	3.06	.002	0.151	0.696	.03

a. Variável Dependente: Variedade Comportamento Antissocial

Capítulo IV – Discussão

Apesar da extensa investigação sobre a influência dos fatores de risco no comportamento antissocial, a maioria dos estudos centrou-se predominantemente no comportamento antissocial masculino, o que conduziu a uma lacuna na compreensão desses comportamentos no sexo feminino (Wong et al., 2010). Desta maneira, a presente investigação teve como objetivo fundamental analisar a relação entre fatores de risco e comportamento antissocial feminino, explorando fatores de risco comunitários, familiares, escolares, individuais e de pares, e, procurando, entre os mesmos, identificar o que exerceria o maior efeito sob o desenvolvimento de comportamento antissocial numa população feminina. Estes fatores de risco visam identificar características dentro dos indivíduos, famílias, escolas e comunidades que afetam a probabilidade de desenvolvimento de comportamento antissocial (Fagan & Hawkins, 2012). Sendo assim, este estudo, procura contribuir para um conhecimento mais aprofundado dos fatores de risco que contribuem para o comportamento antissocial feminino.

O primeiro objetivo desta investigação versou sobre a relação entre fatores de risco e o comportamento antissocial feminino, procurando identificar quais são preditores desses mesmos comportamentos. Dentro dos fatores de risco comunitários a "Disponibilidade Percebida de Drogas" ($R^2 = .08$, $\beta = .29$) é um preditor significativo, seguido por "Transição e Mobilidade" ($R^2 = .04$, $\beta = .20$). Fatores como "Baixo Vínculo Comunitário" e "Desorganização Comunitária" apresentaram uma baixa variabilidade no comportamento antissocial, sugerindo que, embora o ambiente comunitário tenha algum impacto, não é um forte preditor do comportamento antissocial, parcialmente apoiando a hipótese H1. Em relação aos fatores de risco familiares, o "Histórico Familiar de Comportamento Antissocial" ($R^2 = .07$, $\beta = .26$) e "Atitudes Parentais Favoráveis ao Uso de Drogas" ($R^2 = .06$, $\beta = .25$) foram considerados preditores importantes do comportamento antissocial. A "Gestão Familiar Pobre" ($R^2 = .03$, $\beta = .18$) e o "Conflito Familiar" ($R^2 = .04$, $\beta = .19$) também contribuíram de forma relevante, embora em menor escala. Os fatores de risco familiares demonstraram assim uma influência significativa no comportamento antissocial, estes resultados apoiam assim a hipótese H2, indicando que as participantes com fatores de risco familiares têm uma maior probabilidade de apresentar comportamentos antissociais.

No âmbito escolar, tanto "Insucesso Escolar" ($R^2 = .03$, $\beta = .16$) quanto "Baixo Compromisso Escolar" ($R^2 = .04$, $\beta = .20$) foram fatores significativos, embora com uma variação menor no comportamento antissocial, continuam a apoiar a ideia de que dificuldades acadêmicas e falta de envolvimento escolar são preditores do comportamento antissocial, apoiando a H3. Os fatores de risco individual e de pares surgiram como os fatores com maior magnitude de efeito no desenvolvimento do comportamento antissocial. Entre os fatores individuais, o "Início Precoce do Uso de Drogas" ($R^2 = .10$, $\beta = .31$) e as "Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas" ($R^2 = .10$, $\beta = .32$) mostraram-se significativos, indicando que as jovens que iniciam o uso de drogas precocemente ou possuem atitudes favoráveis ao uso de drogas são mais propensas a desenvolver comportamentos antissociais. No entanto, o fator individual que apresentou a maior variância no comportamento antissocial foi "Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial" ($R^2 = .12$, $\beta = .35$), destacando-se como o principal preditor do comportamento antissocial feminino. Em relação aos fatores de pares, "Uso de Drogas por Amigos" ($R^2 = .12$, $\beta = .34$) demonstrou ser o fator com maior magnitude de efeito, sugerindo que a influência dos pares que consomem drogas é um preditor crítico para o comportamento antissocial feminino.

Com base nestes resultados podemos concluir que as cinco hipóteses foram amplamente apoiadas. Embora a hipótese H1, referente aos fatores de risco comunitários, tenham mostrado uma menor influência comparativamente a outros grupos de fatores, esta hipótese foi parcialmente confirmada sendo os fatores comunitários preditores de comportamento antissocial no sexo feminino. As hipóteses H2 e H3, que sugerem que os fatores de risco familiares e escolares são preditores de comportamento antissocial no sexo feminino foram ambas revistas nos dados. A hipótese H4, que propõe que os fatores de risco individuais são fortes preditores, foi confirmada. Da mesma forma, que a hipótese H5, que aponta os fatores de risco de pares como preditores do comportamento antissocial, recebeu apoio robusto.

Um segundo objetivo prendeu-se com a análise da significância dos fatores de risco identificando quais dos fatores explorados teria o maior efeito na prática de comportamentos antissociais do sexo feminino. Após análise dos dados recolhidos sobre os diferentes grupos de fatores de risco - comunitário, familiar, escolar, individual e de pares - para o desenvolvimento do comportamento, podemos observar que entre os grupos de fatores, os fatores individuais e de pares emergiram como os que apresentam a maior magnitude de efeito, explicando a maior variância no comportamento antissocial feminino. Dentro destes grupos, o "Uso de Drogas por

Amigos” e “Interação com Pares Antissociais” foram os mais influentes, contribuindo significativamente para a variabilidade no comportamento antissocial. Em contraste, os fatores comunitários, familiares e escolares, embora tenham demonstrado influência estatística, não foram preditores tão fortes quanto os fatores individuais e de pares na predição do comportamento antissocial entre as raparigas.

A literatura foca-se bastante na socialização no que toca à modelagem do comportamento feminino e recai sobre esta muitas das justificações para a ausência do comportamento antissocial feminino. Sendo o sexo feminino socializado de maneira diferente e sujeito a expectativas sociais que podem inibir ou suprimir o potencial comportamento delincente feminino (Baldwin, 2015). A socialização é feita através dos grupos mais íntimos de uma pessoa, esta ocorre na família, escola e grupos de amigos do indivíduo, padrões de socialização diferenciados emergem como um poderoso preditor do comportamento delincente feminino e masculino (Junger-Tas et al., 2004). Face a isto, é interessante explorarmos os nossos resultados e concluir que os fatores de risco mais influentes no desenvolvimento do comportamento antissocial feminino foram os fatores de risco individuais e fatores de risco de pares. Estes resultados alinhar-se-iam então com a teoria da associação diferencial de Sutherland (1998), segundo a qual os indivíduos expostos a pares delinquentes são mais propensos a desenvolver um excesso de avaliações morais favoráveis à violação da lei em oposição a avaliações desfavoráveis, conduzindo assim à participação em condutas delinquentes. Os fatores explorados como atitudes favoráveis e a iniciação precoce no comportamento antissocial, assim como, um dos fatores com maior magnitude de efeito do estudo, “uso de drogas por amigos”, serão fatores que são influenciados pela socialização do indivíduo, demonstrando, mais uma vez, a importância que socialização desempenha no que corresponde ao comportamento antissocial, especialmente, comportamento antissocial feminino.

Uma outra perspetiva que realça a importância de fatores individuais parte da teoria da tensão revista por Agnew (1992). Esta dá ênfase à influência e importância das estratégias cognitivas, comportamentais e emocionais do indivíduo que posteriormente se traduzem ou não em comportamento antissocial. Os fatores individuais deste estudo foram um dos mais influentes no comportamento antissocial, estes passam pela rebeldia, envolvimento em gangues e o mais influente, atitudes favoráveis ao comportamento antissocial, demonstrando a importância destes fatores no desenvolvimento do comportamento antissocial.

Estes dois grupos de fatores de risco, pares e individuais, foram os mais influentes no comportamento antissocial feminino. Contudo, num estudo conduzido por Worthen (2012), apurou-se que passar tempo com os amigos prediz positivamente o envolvimento em comportamento delinquente para rapazes, mas não para raparigas, assim como, a pressão por parte dos pares correlaciona-se com o envolvimento delinquente masculino, mas não feminino. No entanto, os nossos resultados apresentam o “Uso de Drogas por Amigos” e a “Interação com Pares Antissociais” como fatores significativos para o desenvolvimento de comportamento antissocial feminino, opondo a ideia de que o passar tempo com os amigos e a pressão por parte dos pares não se correlaciona com o comportamento antissocial feminino. Uma vez que, o nosso estudo tem uma amostra apenas feminina, não podemos comprar a força destes fatores em ambos os sexos, contudo, podemos afirmar que estes fatores predizem positivamente o comportamento antissocial feminino.

Quando observamos o estudo de Fagan et al., (2007), estes encontraram que atitudes favoráveis em relação à delinquência ou ao consumo de drogas estavam mais fortemente ligadas ao aumento da delinquência nos rapazes do que nas raparigas. Este estudo fez uso do CTC-YS, o mesmo questionário que o presente estudo também utilizou, curiosamente os nossos resultados demonstraram que as “Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial” surgiram como o principal preditor do comportamento antissocial feminino. Adicionalmente, “Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas” mostrou-se um fator significativo no desenvolvimento desse mesmo comportamento. As explicações para as conclusões obtidas nestes estudos podem passar por várias razões como contexto sociocultural, sendo o estudo de Fagan et al., (2007) levado a cabo nos Estados Unidos da América, enquanto o presente foi desenvolvido em Portugal; o contexto temporal, um estudo foi realizado em 2002 e o outro em 2024 e até tamanhos de amostra, sendo a amostra americana significativamente maior (3 986 raparigas) do que a amostra portuguesa (333 raparigas). Apesar destas diferenças, não podemos ignorar a importância das “Atitudes Favoráveis ao Comportamento Antissocial” e das “Atitudes Favoráveis ao Uso de Drogas” para o comportamento antissocial feminino, um estudo futuro que explore a diferença entre amostras portuguesas e amostras internacionais seria interessante quando aparentam existir estas diferenças.

Os fatores de risco comunitários foram o grupo que apresentou mais fatores com baixas variâncias no comportamento antissocial, sendo que, fatores como “Baixo Vínculo Comunitário” e “Desorganização Comunitária”, apresentaram variâncias explicadas de cerca

de 1%, sendo que o segundo não atingiu a significância estatística. É avançada a hipótese de que estes fatores têm pouca influência no desenvolvimento do comportamento delinquente feminino, uma vez que, as raparigas, em média, são mais propensas a internalizar agressão, alvo de uma maior supervisão parental e passam mais tempo em casa, desta forma, os pais promovem ou contrariam as influências antissociais na comunidade (Kroneman et al., 2004). Esta perspectiva é importante quando analisamos os resultados obtidos.

O grupo dos fatores de risco escolares, embora com fatores significativos apresentaram uma variação menor no comportamento antissocial feminino. Warr (2002), apurou que os fatores escolares parecem afetar mais a delinquência masculina do que a feminina, sendo que, de acordo com este autor, quando os rapazes falham na escola, podem procurar compensar agindo de forma delinquente de maneira a (re)conquistar o seu estatuto. Um outro estudo apurou igualmente esta associação entre fatores de risco escolares e delinquência masculina. Slotboom et al., (2005) observou que não existiam grandes diferenças nas associações dos fatores escolares com a delinquência masculina em comparação com a delinquência feminina, embora pareça que as associações negativas de vinculação e empenhamento com a delinquência eram um pouco mais fortes para os homens. Contudo, esta associação mais forte ao comportamento antissocial masculino não se reproduz em todos os estudos, como é exemplo o estudo de Wong et al., (2010) que conduziu uma revisão de estudos europeu, onde apurou que o baixo empenho escolar era um fator de risco partilhado por homens e mulheres e que uma relação negativa com os professores estava exclusivamente relacionada com a delinquência feminina.

Em relação à parentalidade, quando se trata do comportamento antissocial feminino, devido aos valores inculcados na sua socialização, este é visto como o grande fator que reduz a probabilidade de envolvimento em comportamento delinquente, uma vez que, as raparigas passam mais tempo em casa com os pais e são alvo de uma maior supervisão parental (Osgood & Anderson, 2004). Os fatores familiares, foram um dos grupos com menor magnitude de efeito para o desenvolvimento de comportamento antissocial feminino, algo curioso quando a família será o órgão primário da socialização. O apego emocional positivo aos pais, a quantidade de tempo passado em casa e a supervisão parental, têm sido apontados como reduzindo a probabilidade de envolvimento delinquente (Worthen, 2012), sendo o grupo menos influente no comportamento antissocial feminino vale a pena questionar se os fatores familiares serão mais influentes como fatores de proteção em vez de fatores de risco. Será que a presença de supervisão, a quantidade de tempo passado em casa e o apego aos pais, têm mais influência na

redução da probabilidade do comportamento antissocial do que, os fatores de risco presentes neste estudo como, a gestão familiar pobre e o conflito familiar, têm influência no aumento da probabilidade de comportamento antissocial?

Quando observamos os resultados de outros estudos que envolvem amostras masculinas, estudos como o da IRSD dão bastante importância a fatores de risco familiares no desenvolvimento de comportamento antissocial masculino, fatores como a rutura familiar demonstraram ter um maior impacto nos rapazes do que nas raparigas (Junger-Tas et al., 2004). O presente estudo trabalhou apenas com uma amostra feminina, porém verificou-se que o grupo de fatores familiares não foi o grupo com maior magnitude de efeito no desenvolvimento de comportamento antissocial feminino, curiosamente, com o estudo da IRSD em mente, a gestão familiar pobre e o conflito familiar, foram os fatores responsáveis pela menor variabilidade no comportamento dentro deste grupo no nosso estudo. Uma conclusão interessante quando observamos os dados através de uma lente de socialização, as diferenças de sexo na socialização parecem traduzir-se para a forma como estes fatores influenciam o comportamento, se serão um fator de risco ou um fator de proteção. Podermos ter isto presente nos seguintes estudos, como no estudo de Worthen (2012) onde o efeito dos vínculos parentais variou consoante o sexo, a monitorização parental relacionou-se negativamente com a delinquência masculina enquanto o apego parental positivo reduziu a delinquência feminina. Adicionalmente, Wong et al., (2010) observou que o apoio materno e os estilos parentais maternos foram associados de forma única à delinquência feminina. No caso dos homens, o facto de terem uma mãe condenada esteve exclusivamente relacionado com a sua delinquência, no entanto uma má relação com a mãe parece colocar as adolescentes e jovens adultas em risco de se tornarem delinquentes, mas as boas relações protegem-nas (Wong et al., 2010).

A partir destas últimas observações, podemos explorar uma das limitações deste estudo, uma vez que, devido ao constrangimento de tempo, apenas fatores de risco foram explorados em relação ao comportamento antissocial feminino, isto pode conduzir a uma visão unilateral do fenómeno estudado, deixando de parte fatores protetores para uma oportunidade de comparação que poderiam ter oferecido uma compreensão mais equilibrada e completa. Ademais, o uso exclusivo de questionários de autorrelato pode conduzir à subestimação do comportamento delinvente devido a várias limitações inerentes a esta metodologia (Gomes et al., 2018, 2019). Os participantes podem relatar comportamentos de maneira que acreditem ser mais socialmente aceitáveis, desejabilidade social, e, adicionalmente, a memória afeta a

percepção de eventos passados afetando conseqüentemente o relato destes. Por fim, a realização da investigação exclusivamente em escolas limita a amostra a um ambiente específico, dificultando a generalização dos resultados a outras populações e contextos.

Ainda assim, apesar destas limitações este estudo fornece uma compreensão crucial sobre os diversos fatores de risco que influenciam o comportamento antissocial feminino. Os resultados terão implicações práticas significativas no que respeita a implementação de estratégias de prevenção e intervenção precoce, fundamentais para reduzir a incidência desses comportamentos e suas conseqüências negativas. Adicionalmente, este estudo contribui para colmatar a lacuna de conhecimentos no que respeita à aplicabilidade dos fatores de risco centrados nos homens ao comportamento antissocial feminino. Ao identificar e explorar os fatores de risco específicos do sexo feminino, a investigação permite uma análise mais precisa e direcionada, essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes. A ênfase nestas questões permite compreender as possíveis diferenças de sexo e permitirá a criação de políticas e programas de intervenção mais adequados às necessidades de cada grupo, aumentando assim a sua eficácia e mitigando as conseqüências a longo prazo destes comportamentos antissociais, como a marginalização social e os problemas de saúde mental. É importante salientar que a compreensão de fatores de risco específicos de sexo, em particular o risco individual e de pares, é crucial para abordar eficazmente o comportamento antissocial feminino. Ao fornecer *insights* detalhados e baseados em evidência, este estudo avança o conhecimento académico e fornece ferramentas práticas para fortalecer a resposta social a este desafio complexo.

Referências

- Abajobir, A. A., Kisely, S., Williams, G., Strathearn, L., Clavarino, A., & Najman, J. M. (2017). Gender differences in delinquency at 21 years following childhood maltreatment: A birth cohort study. *Personality and Individual Differences, 106*, 95–103. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.10.020>
- Agnew, R. (1992). Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency. *Criminology, 30*(1), 47–88. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x>
- Agnew, R. (2009). Building on the foundation of general strain theory: Specifying the types of strain most likely to lead to crime and delinquency. In Henry, S. (1st Ed.), *Recent Developments in Criminological Theory Toward Disciplinary Diversity and Theoretical Integration* (p. 326). Routledge.
- Arthur, M. W., Hawkins, J. D., Pollard, J. A., Catalano, R. F., & Baglioni, A. J. (2002). Measuring Risk and Protective Factors for Use, Delinquency, and Other Adolescent Problem Behaviors. *Evaluation Review, 26*(6), 575–601. <https://doi.org/10.1177/0193841x0202600601>
- Baldwin, J. (2015). The Effects of Women’s Liberation and Socialization on Delinquency and Crime. *Journal of Social Relations, 10*(2), 90–111. <https://doi.org/10.2307/23262320>
- Banducci, A. N., Hoffman, E. M., Lejuez, C. W., & Koenen, K. C. (2014). The impact of childhood abuse on inpatient substance users: Specific links with risky sex, aggression, and emotion dysregulation. *Child Abuse & Neglect, 38*(5), 928–938. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.12.007>
- Baskin-Sommers, A. R., Baskin, D. R., Sommers, I., Casados, A. T., Crossman, M. K., & Javdani, S. (2016). The impact of psychopathology, race, and environmental context

on violent offending in a male adolescent sample. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 7(4), 354–362. <https://doi.org/10.1037/per0000168>

Belknap, J. E. (2020). *Invisible Woman: Gender, Crime, and Justice*. (5th ed.). Sage Publications.

Belknap, J., & Holsinger, K. (2006). The Gendered Nature of Risk Factors for Delinquency. *Feminist Criminology*, 1(1), 48–71. <https://doi.org/10.1177/1557085105282897>

Berkowitz, L. (1989). Frustration-aggression hypothesis: examination and reformulation. *Psychological Bulletin*, 106(1), 59–73. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.106.1.59>

Bobbio, A., Arbach, K., & Redondo Illescas, S. (2020). Juvenile delinquency risk factors: Individual, social, opportunity or all of these together? *International Journal of Law, Crime and Justice*, 62, 100388. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2020.100388>

Brennan, P. A., Hall, J., Bor, W., Najman, J. M., & Williams, G. (2003). Integrating biological and social processes in relation to early-onset persistent aggression in boys and girls. *Developmental Psychology*, 39(2), 309–323. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.39.2.309>

Brezina, T. (1998). Adolescent Maltreatment and Delinquency: The Question of Intervening Processes. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35(1), 71–99. <https://doi.org/10.1177/0022427898035001003>

Broidy, L. M. (2001). A test of general strain theory. *Criminology*, 39(1), 9–36. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00915.x>

Broidy, L., & Agnew, R. (1997). Gender and Crime: A General Strain Theory Perspective. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 34(3), 275–306.

- Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. J. (1997). The Effects of Poverty on Children. *The Future of Children*, 7(2), 55–71. <https://doi.org/10.2307/1602387>
- Brown, E. C., Hawkins, J. D., Arthur, M. W., Briney, J. S., & Abbott, R. D. (2007). Effects of Communities That Care on Prevention Services Systems: Findings from the Community Youth Development Study at 1.5 Years. *Prevention Science*, 8(3), 180–191. <https://doi.org/10.1007/s11121-007-0068-3>
- Burgess-Proctor, A. (2006). Intersections of Race, Class, Gender, and Crime. *Feminist Criminology*, 1(1), 27–47. <https://doi.org/10.1177/1557085105282899>
- Burman, M. J., Batchelor, S. A., & Brown, J. A. (2001). Researching Girls and Violence. Facing the Dilemmas of Fieldwork. *British Journal of Criminology*, 41(3), 443–459. <https://doi.org/10.1093/bjc/41.3.443>
- Burton Jr., V. S., Cullen, F. T., Evans, T. D., Alarid, L. F., & Dunaway, R. G. (1998). Gender, self-control, and crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35(2), 123–147. <https://doi.org/10.1177/0022427898035002001>
- Catalano, R. F., & Hawkins, J. D. (1996). The social development model: A theory of antisocial behavior. In *Delinquency and crime: Current theories* (pp. 149–197). New York: Cambridge University Press.
- Chinman, M., Hannah, G., Wandersman, A., Ebener, P., Hunter, S. B., Imm, P., & Sheldon, J. (2005). Developing a Community Science Research Agenda for Building Community Capacity for Effective Preventive Interventions. *American Journal of Community Psychology*, 35(3-4), 143–157. <https://doi.org/10.1007/s10464-005-3390-6>
- Christle, C. A., Jolivette, K., & Nelson, C. M. (2005). Breaking the School to Prison Pipeline: Identifying School Risk and Protective Factors for Youth Delinquency. *Exceptionality*, 13(2), 69–88. https://doi.org/10.1207/s15327035ex1302_2

- Cohen, A. K. (1955). Delinquent Boys: The Culture of the Gang. *American Sociological Review*, 20(6).
- Cohen, P., Cohen, J., Kasen, S., Velez, C. N., Hartmark, C., Johnson, J., Rojas, M., Brook, J., & Streuning, E. L. (1993). An Epidemiological Study of Disorders in Late Childhood and Adolescence—I. Age- and Gender-Specific Prevalence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34(6), 851–867. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1993.tb01094.x>
- Coie, J. D., Watt, N. F., West, S. G., Hawkins, J. D., Asarnow, J. R., Markman, H. J., Ramey, S. L., Shure, M. B., & Long, B. (1993). The science of prevention: A conceptual framework and some directions for a national research program. *American Psychologist*, 48(10), 1013–1022. <https://doi.org/10.1037//0003-066x.48.10.1013>
- Côté, S., Tremblay, R. E., Nagin, D. S., Zoccolillo, M., & Vitaro, F. (2002). Childhood Behavioral Profiles Leading to Adolescent Conduct Disorder: Risk Trajectories for Boys and Girls. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 41(9), 1086–1094. <https://doi.org/10.1097/00004583-200209000-00009>
- Crick, N. R., Bigbee, M. A., & Howes, C. (1996). Gender Differences in Children’s Normative Beliefs about Aggression: How Do I Hurt Thee? Let Me Count the Ways. *Child Development*, 67(3), 1003. <https://doi.org/10.2307/1131876>
- Crick, N. R., & Grotpeter, J. K. (1995). Relational Aggression, Gender, and Social Psychological Adjustment. *Child Development*, 66(3), 710–722. <https://doi.org/10.2307/1131945>
- Cudmore, R. M., Cuevas, C. A., & Sabina, C. (2015). The Impact of Polyvictimization on Delinquency Among Latino Adolescents: A General Strain Theory Perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(17), 2647–2667. <https://doi.org/10.1177/0886260515593544>
- Daly, K. (1993). Class-Race-Gender: Sloganeering in Search of Meaning. *Source: Social Justice*, 20(1), 56–71.

- De Kemp, R. A. T., Scholte, R. H. J., Overbeek, G., & Engels, R. C. M. E. (2006). Early adolescent delinquency: The role of parents and best friends. *Criminal Justice and Behavior*, 33(4), 488–510. <https://doi.org/10.1177/0093854806286208>
- Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (1990). Mechanisms in the cycle of violence. *Science (New York, N.Y.)*, 250(4988), 1678–1683. <https://doi.org/10.1126/science.2270481>
- Elliott, D. S. (1994). Serious violent offenders: Onset, developmental course, and termination—The American Society of Criminology 1993 presidential address. *Criminology*, 32(1), 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1994.tb01144.x>
- Eme, R. F. (1992). Selective Females Affliction in the Developmental Disorders of Childhood: A Literature Review. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21(4), 354–364. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2104_5
- Fagan, A. A., & Hawkins, J. D. (2012). Preventing Substance Use, Delinquency, Violence, and Other Problem Behaviors over the Life-Course Using the Communities That Care System. *Handbook of Life-Course Criminology*, 277–296. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-5113-6_16
- Fagan, A. A., & Lindsey, A. M. (2014). Gender Differences in the Effectiveness of Delinquency Prevention Programs. *Criminal Justice and Behavior*, 41(9), 1057–1078. <https://doi.org/10.1177/0093854814539801>
- Fagan, A. A., Van Horn, M. L., Hawkins, J. D., & Arthur, M. W. (2007). Gender Similarities and Differences in the Association Between Risk and Protective Factors and Self-Reported Serious Delinquency. *Prevention Science*, 8(2), 115–124. <https://doi.org/10.1007/s11121-006-0062-1>
- Faith, K. (2011). *Unruly women: The politics of confinement & resistance*. Seven Stories Press.

- Farrington, D. P. (2003). Developmental and Life-Course Criminology: Key Theoretical and Empirical Issues. *Criminology*, 41(2), 221–225. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x>
- Farrington, D. P. (2003). Advancing knowledge about the early prevention of adult antisocial behaviour. In *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (pp. 17–47). Cambridge University Press.
- Feinberg, M. E., Greenberg, M. T., Osgood, D. W., Sartorius, J., & Bontempo, D. (2007). Effects of the Communities That Care Model in Pennsylvania on Youth Risk and Problem Behaviors. *Prevention Science*, 8(4), 261–270. <https://doi.org/10.1007/s11121-007-0073-6>
- Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Lynskey, M. T. (1992). Family Change, Parental Discord and Early Offending. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33(6), 1059–1075. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1992.tb00925.x>
- Flavin, J. (2001). Feminism for the mainstream criminologist: An invitation. *Journal of Criminal Justice*, 29(4), 271–285. [https://doi.org/10.1016/s0047-2352\(01\)00093-9](https://doi.org/10.1016/s0047-2352(01)00093-9)
- Gao, Y., Wong, D. S. W., & Yu, Y. (2016). Maltreatment and Delinquency in China: Examining and Extending the Intervening Process of General Strain Theory. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(1), 38–61. <http://dx.doi.org/10.1002/1098-2705.201601001>
- Giordano, P. C., Cernkovich, S. A., & Pugh, M. D. (1986). Friendships and Delinquency. *American Journal of Sociology*, 91(5), 1170–1202. <https://doi.org/10.1086/228390>
- Glaser, R. R., Horn, M. L. Van., Arthur, M. W., Hawkins, J. David., & Catalano, R. F. (2005). Measurement Properties of the Communities That Care-Youth Survey Across Demographic Groups. *Journal of Quantitative Criminology*, 21(1), 73–102. <https://doi.org/10.1007/s10940-004-1788-1>

- Gomes, H. S., Farrington, D. P., Maia, Â., & Krohn, M. D. (2019). Measurement bias in self-reports of offending: A systematic review of experiments. *Journal of experimental criminology*, 15, 313-339.
- Gomes, H. S., Maia, Â., & Farrington, D. P. (2018). Measuring offending: self-reports, official records, systematic observation and experimentation. *Crime psychology review*, 4(1), 26-44.
- Gomes, H. S., Maia, Â., Farrington, D. P., Rijo, D., Castro, B., Morgado, D., & Andrade, J. (2022). Validation of the “Communities That Care - Youth Survey” (CTC-YS) among Portuguese adolescents [Manuscript in preparation]. *School of Psychology, University of Minho*.
- Gorman-Smith, D. (2003). Prevention of antisocial behaviour in females. In *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour*. Cambridge University Press.
- Grasmick, H. G., Blackwell, B. S., & Jr., R. J. B. (1993). Changes in the Sex Patterning of Perceived Threats of Sanctions. *Law & Society Review*, 27(4), 679. <https://doi.org/10.2307/3053950>
- Hawkins, J. (1999). Preventing Crime and Violence Through Communities that Care. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 7, 443–458. <https://doi.org/10.1023/A:1008769321118>
- Hawkins, J. David., Catalano, R. F., & Arthur, M. W. (2002). Promoting science-based prevention in communities. *Addictive Behaviors*, 27(6), 951–976. [https://doi.org/10.1016/s0306-4603\(02\)00298-8](https://doi.org/10.1016/s0306-4603(02)00298-8)
- Herrenkohl, T. I., Maguin, E., Hill, K. G., Hawkins, J. David., Abbott, R. D., & Catalano, R. F. (2000). Developmental risk factors for youth violence. *Journal of Adolescent Health*, 26(3), 176–186. [https://doi.org/10.1016/s1054-139x\(99\)00065-8](https://doi.org/10.1016/s1054-139x(99)00065-8)

- Hoffmann, J. P., & Su, S. S. (1997). The Conditional Effects of Stress on Delinquency and Drug Use: A Strain Theory Assessment of Sex Differences. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 34(1), 46–78. <https://doi.org/10.1177/0022427897034001004>
- Howing, P. T., Wodarski, J. S., Kurtz, P. D., Gaudin, Jr., J. M., & Herbst, E. N. (1990). Child Abuse and Delinquency: The Empirical and Theoretical Links. *Social Work*, 244–249. <https://doi.org/10.1093/sw/35.3.244>
- Hubbard, D. J., & Pratt, T. C. (2002). A Meta-Analysis of the Predictors of Delinquency Among Girls. *Journal of Offender Rehabilitation*, 34(3), 1–13. https://doi.org/10.1300/j076v34n03_01
- Humphrey, T., & Van Brunschot, E. G. (2018). Accumulating (Dis)advantage: Do Social Bonds Mediate the Relationship Between Multiple Childhood Adversities and Persistent Offending? *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 4(3), 297–321. <https://doi.org/10.1007/s40865-018-0083-z>
- Joon Jang, S. (2007). Gender Differences in Strain, Negative Emotions, and Coping Behaviors: A General Strain Theory Approach. *Justice Quarterly*, 24(3), 523–553. <https://doi.org/10.1080/07418820701485486>
- Junger-Tas, J., Ribeaud, D., & Cruyff, M. J. L. F. (2004). Juvenile Delinquency and Gender. *European Journal of Criminology*, 1(3), 333–375. <https://doi.org/10.1177/1477370804044007>
- Kroneman, L., Loeber, R., & Hipwell, A. E. (2004). Is Neighborhood Context Differently Related to Externalizing Problems and Delinquency for Girls Compared with Boys? *Clinical Child and Family Psychology Review*, 7(2), 109–122. <https://doi.org/10.1023/b:ccfp.0000030288.01347.a2>
- Kruttschnitt, C. (2016). The politics, and place, of gender in research in crime. *Criminology*, 54(1), 8–29. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12096>

- Laundra, K., Kiger, G., & Bahr, S. (2002). A Social Development Model of Serious Delinquency: Examining Gender Differences. *The Journal of Primary Prevention*, 22(4). <https://doi.org/10.1023/A:1015279607215>
- Liljeberg, J. F., Eklund, J. M., Fritz, M. V., & af Klinteberg, B. (2011). Poor school bonding and delinquency over time: Bidirectional effects and sex differences. *Journal of Adolescence*, 34(1), 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2010.03.008>
- Loeber, R., Pardini, D. A., Stouthamer-Loeber, M., & Raine, A. (2007). Do cognitive, physiological, and psychosocial risk and promotive factors predict desistance from delinquency in males? *Development and Psychopathology*, 19(3), 867–887. <https://doi.org/10.1017/s0954579407000429>
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1986). Family Factors as Correlates and Predictors of Juvenile Conduct Problems and Delinquency. *Crime and Justice*, 7, 29–149. <https://doi.org/10.1086/449112>
- Marôco, J. (2010). Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS). Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Maschi, T., Morgen, K., Bradley, C., & Hatcher, S. S. (2008). Exploring Gender Differences on Internalizing and Externalizing Behavior Among Maltreated Youth: Implications for Social Work Action. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 25(6), 531–547. <https://doi.org/10.1007/s10560-008-0139-8>
- Matthys, W., & Lochman, J. E. (2017). *Oppositional defiant disorder and conduct disorder in childhood* (2nd ed., pp. 3–12). Wiley Blackwell.
- Mears, D. P., Ploeger, M., & Warr, M. (1998). Explaining The Gender Gap In Delinquency: Peer Influence and Moral Evaluations of Behavior. *JOURNAL of RESEARCH in CRIME and DELINQUENCY*, vol.35, 251–266. No.3. <https://doi.org/10.1177/0022427898035003001>

Merton, R. K. (1968). *Social Theory And Social Structure*. The Free Press.

Mirowsky, J., & Ross, C. E. (1995). Sex Differences in Distress: Real or Artifact? *American Sociological Review*, 60(3), 449. <https://doi.org/10.2307/2096424>

Moffitt, T. E., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). *Sex differences in antisocial behaviour: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Logitudinal Study*. Cambridge Cambridge Univ. Press.

Morey, L. C. (1991). *The Personality Assessment Inventory: Professional manual*. Psychological Assessment Resources.

Najman, J. M., Hayatbakhsh, M. R., McGee, T. R., Bor, W., O'Callaghan, M. J., & Williams, G. M. (2009). The Impact of Puberty on Aggression/Delinquency: Adolescence to Young Adulthood. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 42(3), 369–386. <https://doi.org/10.1375/acri.42.3.369>

Oesterle, S., Hawkins, J. D., Kuklinski, M. R., Fagan, A. A., Fleming, C., Rhew, I. C., Brown, E. C., Abbott, R. D., & Catalano, R. F. (2015). Effects of Communities That Care on Males' and Females' Drug Use and Delinquency 9 Years After Baseline in a Community-Randomized Trial. *American Journal of Community Psychology*, 56(3-4), 217–228. <https://doi.org/10.1007/s10464-015-9749-4>

Oesterle, S., Kuklinski, M. R., Hawkins, J. D., Skinner, M. L., Guttmanova, K., & Rhew, I. C. (2018). Long-Term Effects of the Communities That Care Trial on Substance Use, Antisocial Behavior, and Violence Through Age 21 Years. *American Journal of Public Health*, 108(5), 659–665. <https://doi.org/10.2105/ajph.2018.304320>

Osgood, D. W., & Anderson, A. L. (2004). Unstructured socializing and rates of delinquency. *Criminology*, 42(3), 519–550. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2004.tb00528.x>

Patterson, G. R., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1990). A Developmental Perspective on Antisocial Behavior. *American Psychologist*, 44, 329–335.

- Pollard, J. A., Hawkins, J. D., & Arthur, M. W. (1999). Risk and protection: Are both necessary to understand diverse behavioral outcomes in adolescence? *Social Work Research, 23*(3), 145–158. <https://doi.org/10.1093/swr/23.3.145>
- Richie, B. E. (2018). *Compelled to Crime - The Gender Entrapment of Battered, Black Women*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315656557>
- Sampson, R. J., Raudenbush, S., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and Violent Crime: a Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science, 277*(5328), 918–924. <https://doi.org/10.1126/science.277.5328.918>
- Scudder, R., Blount, W., Heide, K., & Silverman, I. (1993). Important links between child abuse, neglect, and delinquency. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 315–323*. <https://doi.org/10.1177/0306624X9303700404>
- Shader, M. (2003). Risk Factors for Delinquency: An Overview. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 11*. <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/risk-factors-delinquency-overview>
- Sharp, S. F., Brewster, D., & Love, S. R. (2005). Disentangling strain, personal attributes, affective response and deviance: A gendered analysis. *Deviant Behavior, 26*(2), 133–157. <https://doi.org/10.1080/01639620590522028>
- Simons, R. L., Miller, M. G., & Aigner, S. M. (1980). Contemporary Theories of Deviance and Female Delinquency: an Empirical Test. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 17*(1), 42–57. <https://doi.org/10.1177/002242788001700104>
- Slotboom, A., Weerman, F. M., & Bijleveld, C. C. J. H. (2005). Misconduct and delinquency of schoolgirls.

- Smith, C. A., & Stern, S. B. (1997). Delinquency and Antisocial Behavior: A Review of Family Processes and Intervention Research. *Social Service Review*, 71(3), 382–420. <https://doi.org/10.1086/604263>
- Smith, C. A., & Thornberry, T. P. (1995). The relationship between childhood maltreatment and adolescent involvement in delinquency. *Criminology*, 33(4), 451–481. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1995.tb01186.x>
- Smith, C. A., & Paternoster, R. (1987). The Gender Gap in Theories of Deviance: Issues and Evidence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 24(2), 140–172. <https://doi.org/10.1177/0022427887024002004>
- Steffensmeier, D., & Allan, E. (1996). Gender and Crime: Toward a Gendered Theory of Female Offending. *Annual Review of Sociology*, 22(1), 459–487. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.459>
- Straus, M. A., Sugarman, D. B., & Giles-Sims, J. (1997). Spanking by parents and subsequent antisocial behavior of children. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 151(8), 761–767. <https://doi.org/10.1001/archpedi.1997.02170450011002>
- Sutherland, E. H. (1998). Differential association. In *Criminology Theory: Selected Classic Readings* (pp. 77–98). Routledge.
- Thornberry, T. P. (1987). Toward an Interactional Theory of Delinquency. *Criminology*, 25(4), 863–892. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1987.tb00823.x>
- Tonry, M., & Farrington, D. P. (1995). Strategic Approaches to Crime Prevention. *Crime and Justice*, 19, 1–20. <https://www.jstor.org/stable/1147594>
- Warr, M. (2002). *Companions in Crime: the social aspects of criminal conduct*. Cambridge University Press.

- Werner, E. E. (1989). High-risk children in young adulthood: A longitudinal study from birth to 32 years. *American Journal of Orthopsychiatry*, 59(1), 72–81. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1989.tb01636.x>
- Widom, C. S., & Maxfield, M. G. (2001). An Update on the “Cycle of Violence.” Research in Brief. *U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs*. <http://www.ojp.usdoj.gov/nij>.
- Wong, T. M. L., Slotboom, A.-M., & Bijleveld, C. C. J. H. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266–284. <https://doi.org/10.1177/1477370810363374>
- Worthen, M. G. F. (2012). Gender Differences in Delinquency in Early, Middle, and Late Adolescence: An Exploration of Parent and Friend Relationships. *Deviant Behavior*, 33(4), 282–307. <https://doi.org/10.1080/01639625.2011.573421>
- Yun, M., & Kim, E. (2017). Does Gender Matter in Explaining Delinquency and Suicidal Thoughts? An Examination of General Strain Theory in South Korean Youths. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(19-20), 3849–3885. <https://doi.org/10.1177/0886260517713222>
- Yun, M., Kim, E., & Morris, R. (2013). Gendered Pathways to Delinquency. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 12(3), 268–292. <https://doi.org/10.1177/1541204013497769>